

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

-----No dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cineteatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
- 2. *Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022 (Apreciação, discussão e votação);*
- 3. *Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2022 - (Apreciação);* -----
- 4. *Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2022 (Apreciação);*-----
- 5. *Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2022 (para conhecimento);* -----
- 6. *Prestação de garantia bancária a favor da Infraestruturas de Portugal, S.A. para a obra: "Execução de saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira" – aprovação dos compromissos plurianuais das comissões (Apreciação, discussão e votação);* -----
- 7. *Modificações aos Documentos Previsionais 2023-2027:* -----
 - 7.1. *2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação);*-----
 - 7.2. *2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação);*-----
 - 7.3. *2.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação);*-----
- 8. *Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação);* -----
- 9. *Contrato de conceção e prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU e limpeza urbana no concelho de Porto de Mós - compromissos plurianuais (Apreciação, discussão e votação);* -----
- 10. *PMDFCI - Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios – 2021-2030 do Concelho de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação);* -----
- 11. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
(apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Lílíana Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luis Miguel Louro Ferraria, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS), Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga e Sandra Maria da Silva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, Paulo Jorge Nobre Pereira e Rui Fernando Correia Marto, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, Júlio João Carreira Vieira (PSD), que foi substituído por Agostinho Nogueira Santos (PSD), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD) que foi substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD) que foi substituída por Dora Cristina Pereira Jorge, Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS) que foi substituída por Norberto Feteiro, Sandra Marisa Ferreira de Sousa (deputada não inscrita), não foi substituída dado que tendo-se desvinculado do Partido pelo qual foi eleita e sendo o mandato, pessoal e intransmissível, não existe lista de candidatos, bem como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, Luis António Gomes da Silva, que foi substituída pelo Secretário da mesma Paulo Alexandre Correia da Silva. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, passando a cumprimentar todos os presentes e dizendo que esta Assembleia Municipal irá ser regida pelo Regimento aprovado em 11.02.2022. Passou a informar depois a Assembleia Municipal das faltas e substituições verificadas e que constam supra. Sobre a questão destas faltas e substituições, disse querer dizer o seguinte: *"Nós quando nos candidatámos e fomos eleitos, comprometemo-nos com a comunidade de, pelo menos, estarmos presentes nas Assembleias Municipais. É evidente que ninguém controla a sua própria vida, todos nós temos a nossa vida pessoal e por essa razão há impedimentos que nos levam a faltar às sessões da Assembleia Municipal e a sermos substituídos por outros elementos. Mas essa falta tem que ser justificada e ela só pode ser justificada pela Presidente, e é assim que a lei refere, e portanto o pedido de substituição tem de ser sempre dirigido à Presidente da Assembleia Municipal."*-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir, o que não aconteceu. Nesta conformidade, passou-se ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a votação a **ata nº 1 de 2023**, realizada em onze de fevereiro de dois mil e vinte e três, perguntando se alguém quer fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. Artur Louceiro, Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, refere que no início da ata, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Porto de Mós e de Mira de Aire, constam como sendo do PS, pedindo a sua correção. Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação a Ata nº 1 de 2023, considerando as correções pedidas, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Dora Cristina Pereira Jorge (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que a esclarecesse relativamente ao percurso ciclável entre os concelhos de Porto de Mós e Batalha, pois ficou com a ideia de que este percurso ciclável e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pedonal entre concelhos, era paralelo à estrada principal, ficando a haver um caminho específico só para os ciclistas e eventualmente para as pessoas que andam a pé.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira - Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire (PSD):**-----

-----"Boa tarde a todos. Na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes e cumprimento também quem nos está a seguir pelas redes sociais. O assunto que me traz aqui, e já é demais repetido ao longo das sessões, e é novamente o que diz respeito à Saúde. Eu não estou bem ao corrente daquilo que se passa atualmente, nas outras freguesias principalmente quanto à situação dos médicos, mas tenho aqui alguns dados e gostaria de saber, se o senhor Presidente os poderia confirmar ou se tem algumas informações complementares, que de alguma forma, me permitam dormir mais descansado, em nome das pessoas que habitam a freguesia de Mira de Aire e também os lugares de Casal Duro e também aqueles que habitam na freguesia de Alvados e Alcaria. Obtive a informação que o Centro de Saúde de Mira de Aire está em risco de ficar unicamente com um médico em atividade, e que a Dr^a Vânia, que atualmente está a prestar serviço em Mira de Aire, fez um pedido, logo de início, quando veio para a UCSP, no sentido de ser colocada em Porto de Mós e não em Mira de Aire, e pelo que me consta, esta pretensão, está em vias de acontecer. Em contrapartida, temos a questão dos tarefeiros, que o tarefeiro titular, digamos, que é o Dr. Cesário, teve um acidente, e estará fora durante muito tempo. A Dr^a Júlia, em março e abril não apareceu pelo Centro de Saúde de Mira de Aire, e presume-se, fala-se, que haverá uma Dr^a Ana Luísa, também tarefeira, que passará a estar no Centro de Saúde de Mira de Aire, uma vez por semana. Nós temos, em Mira de Aire, no Centro de Saúde, já não falando nos ficheiros atribuídos, temos cerca de cinco mil utentes, não só aqueles que são naturais e que vivem na freguesia de Mira de Aire, como na freguesia de Alvados e alguns na freguesia de Alqueidão da Serra e tem-se registado um acérrimo crescimento de pessoas a chegar a Mira de Aire, doutros países, que se deslocam naturalmente ao Centro de Saúde, para fazerem a sua inscrição para ter médico de família, ou eventualmente ter acesso aos cuidados médicos que vierem a necessitar. Portanto, estaremos a falar de cerca de cinco mil utentes do Centro de Saúde, para os quais não haverá assistência médica, a curto prazo, para todos eles. O Dr. António, que atinge também o limite de reforma em junho deste ano, segundo me disseram, se ele tiver essa vontade, pode também eventualmente pedir a passagem à reforma. Então, e Mira de Aire, com cinco mil utentes, quem é que lá irá prestar consultas médicas? Gostaria de saber se o senhor Presidente tem mais alguns esclarecimentos, nomeadamente, se tem conhecimento de quantos médicos, poderão no futuro, ser colocados na UCSP e alguns deles transitarem para o Centro de Saúde de Mira de Aire."-----

-----**Luís Miguel Louro Ferraria - Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS):**-----

-----"Muito boa tarde a todos. Começo por cumprimentar a Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara, Presidentes de Junta, publico em geral e comunicação social. Gostaria de saber quando é que estaria prevista a retirada do fibrocimento das paragens de autocarro de S.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bento."-----

-----**Filipe da Conceição Batista – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra (JFAS):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que o assunto que aqui trás tem a ver com o que disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire. Referiu ainda que sabe que o senhor Presidente da Câmara não é o culpado e que não é a pessoa a quem deveria perguntar isto, mas o Alqueidão da Serra ficou sem médico e de um dia para o outro, mil e seiscentas pessoas que tinham médico de família, deixaram de o ter, sem qualquer aviso prévio, e portanto o queria perguntar é "o que é que temos em cima da mesa"? "O que é que vai acontecer à Saúde no concelho de Porto de Mós, principalmente nestas freguesias? Eu acho que não vale a pena estar a esconder, se é que há alguma coisa para esconder, mas de facto as pessoas interpelam-me e eu já não sei mesmo o que dizer, e de facto é muito pouco gratificante para mim, nesta altura, ser Presidente da Junta." Continuou dizendo que acha que a nova diretora da UCSP, não tem a mínima noção do que é o concelho de Porto de Mós, em termos da sua estrutura. O Presidente da Junta de Mira de Aire falou em pessoas do Casal Duro, que são da sua freguesia e que vão a Mira de Aire ao médico, ou até as da Demó ou Bouceiros que vão a S. Mamede, e acha que a senhora doutora não tem a noção disto. Disse ainda que propunha aqui que esta Assembleia pudesse requerer uma audiência à senhora doutora responsável pela Saúde neste momento, no concelho, e em que os Presidentes de Junta, pelo menos os que estão a sofrer com esta situação, pudessem estar representados. Ainda no âmbito da Saúde, e aqui acha que o senhor Presidente da Câmara pode resolver, tem a ver com Saúde Publica. O município solicitou às pessoas, que se fossem ligando ao saneamento público, mas o que acontece, é que nalgumas zonas do Alqueidão há gases, causando náuseas às pessoas, tendo já o senhor Presidente da Câmara recebido um e-mail datado de 18 de fevereiro de 2022, e muitas reclamações. Referiu que recebeu ontem uma comitiva de moradores que estão exaustos com a situação, sendo que até uma criança já passou mal por via dessa situação, e que deixaram a informação de que iriam fazer uma queixa na Saúde Publica. O camião que vai lá desentupir resolve o problema no momento, mas depois volta ao mesmo, achando que existe ali qualquer outro problema, que se situa algures entre a Rua de S. José e a Rua dos Fornecos. Terminou pedindo ao senhor Presidente da Câmara que procure fazer o melhor pela freguesia, nas duas situações a que fez referência.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que há dias teve de ir à Batalha e como estava em Porto de Mós deparou-se com aquilo que dizem ser uma ciclovia, mas que de ciclovia não tem nada. O que está aqui em causa e que lhe faz espécie, é que aquelas pinturas na estrada custaram cento e quarenta mil euros mais IVA. Falando pela sua terra, e de certeza que haverá outras na mesma situação, disse que temos o Juncal com mais de metade das canalizações de água em fibrocimento, a estrada que vai para a Castanheira está uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lástima, a estrada dos Montes, que já aqui foi falada nesta Assembleia, e que estava para adjudicação e continua na mesma, a estrada do Chão Pardo-Casais Garridos, que está cheia de remendos porque a conduta está constantemente a rebentar, e para isto não há dinheiro. Pediu que lhe explicasse se era verdade cento e quarenta mil euros mais IVA. Outra questão que colocou foi a seguinte: um cidadão constrói uma habitação à beira da estrada e é obrigado a fazer passeios e com paralelos pequenos e ainda hoje foi dar com um passeio, feito pela Câmara, em pavé, considerando que isto é uma contradição total. Terminou dizendo que gostava que lhe respondesse sobre estes dois casos.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----"Boa tarde a todos. Na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Clarisse Louro, cumprimento todas e todos os presentes, bem assim como todas as pessoas que nos seguem e ouvem nas redes sociais. É com gosto que ainda vejo uns cravos por aí, nesta Assembleia. Aliás, o 25 de Abril foi ontem, só. Neste sentido, queria agradecer à Comissão das Comemorações dos 50 anos, na pessoa do senhor Presidente, o Dr. Luis Amado, os momentos com que nos têm presenteado, com as diversas personalidades que vieram a conferências únicas, pessoas de diversos quadrantes políticos que a mim, muito me enriqueceram, e falo por mim, e sirvo-me deste palco para lhe agradecer pessoalmente, porque Porto de Mós, merece isto, foi pena não serem ouvidas e vistas por mais pessoas, mas ainda faltam algumas e lanço daqui um repto, para que venha mais gente ouvir estas pessoas que vêm fazer estas conferências. Muito haveria para dizer acerca do 25 de Abril, mas já foi muito dito. Apenas isto. Estas iniciativas, conferências, debates ou outros, não devem ficar por aqui. É um repto que deixo à Câmara, à senhora Presidente desta Assembleia, para que o 25 de Abril não morra, para que a gente não se arrependa de não ter feito tudo, agradecia que elas continuassem, porque nada está garantido como nós sabemos. E mais uma vez parabéns a todas e a todos que contribuíram para que estas conferências fossem o que foram. E queria aqui relembrar as palavras do Dr. Fernando Rosas, quando questionado, o que é que podíamos fazer mais para manter o 25 de Abril vivo, e ele disse, "simples, vir a Porto de Mós, uma Câmara PSD, estarmos a falar disto, eu que sou de esquerda, por exemplo". Eu não resisti e bati palmas. Segundo ponto, senhor Presidente, iluminação pública. Tenho reparado que há um desfasamento entre o acender e o apagar a luz pública, não só no Alqueidão da Serra, mas também por todo o concelho. Agradecia alguma explicação sobre isto. Já foi dito aqui pelos Presidentes de Junta e eu também tenho que o dizer. A Saúde e a falta de médicos. É público e sabido que a falta de médicos, é da responsabilidade do Ministério da Saúde. Mas o senhor Presidente Jorge Vala, e muito bem, e esta Câmara, tem assumido, desde muito cedo, desde o início, esta luta e está ao lado das populações. Na última Assembleia, senhor Presidente, que foi em Arrimal, disse que tinha informações de que se calhar ainda iria piorar. Pelos vistos, está mesmo a piorar. Agradecia que nos dissesse alguma coisa de positivo sobre isto. Sei que não é fácil, sei que não está acomodado e muito menos resignado. Agradeço, em nome das populações de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alqueidão da Serra, Arrimal e Mendiga, que nos diga o que é que tem feito e o que é que se pode fazer ainda melhor, o que é que nós, e o repto do meu Presidente de Junta, o que é que nós aqui podemos fazer para melhorar a saúde no concelho, que nunca teve tanta falta de médicos, nestas freguesias mais prementes. Mira de Aire também vai ficar só com um, pelos vistos."-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD:**

-----*“Muito boa noite senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Duas pequenas notas. A primeira é de preocupação. Estivemos dois anos sem festas, estivemos dois anos sem plásticos nos postes. Agora começaram as festas, começaram os plásticos nos postes. Deixo aqui o repto ao senhor Presidente, não sei como é que vamos resolver isso, mas acho que talvez seja importante falarmos com os padres para falarem com os juizes das Festas, para não utilizarem a publicidade nos postes, porque existem postes com três e quatro plásticos e daqui a seis meses, tem de ser a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal, como já fez, a limpar os plásticos. Não me parece muito correto. A segunda nota, é de agradecimento ao senhor Presidente pela colaboração que teve com o ICNF e com a Junta de Freguesia de Serro Ventoso, para que se pudesse executar uma estrada que fizemos desde Serro Ventoso até Arrimal e Mendiga. São três quilómetros, era uma estrada já ambicionada pela população há trinta anos. É triste que passem trinta anos para fazermos uma estrada, mas veio o fogo de 2020 e bem ou mal, chamou-nos a atenção da necessidade da estrada para os bombeiros passarem, e hoje a estrada já está feita. Agradecer-lhe senhor Presidente pela colaboração e dizer-lhe que temos muito mais estradas pelo menos na zona da serra, onde não consegue passar uma 4X4. Penso que é uma necessidade para os proprietários dos terrenos, é uma necessidade para os bombeiros poderem passar e é uma mais-valia para todos. Portanto é importante que continuem a ser incluídas no plano de floresta contra incêndios. Deixo-lhe este repto para continuarmos a fazer bons acessos que acho que fazem falta. Muito obrigado.”-----*

-----**Sandra Maria da Silva Martins - Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria – PSD:**-----

-----*“Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa da senhora Presidente. Antes de passar ao ponto que me trouxe aqui, queria solidarizar-me com os meus colegas relativamente à Saúde. A minha freguesia, foi a primeira, há muitos anos atrás, em que o Centro de Saúde de Alvados foi fechado, e posteriormente Alcaria, e portanto os utentes de Alvados iam a Mira de Aire, os de Alcaria a Porto de Mós, e neste momento, nem uns nem outros, têm médico nos locais para onde foram encaminhados. A Saúde é importante e o ponto que me trouxe aqui tem a ver com uma situação que também envolve um pouco a Saúde, que é, eu como Presidente da Junta, e penso que posso falar em nome de todos os meus colegas, quando assumimos este cargo, o nosso desejo, a nossa função, é que todos os nossos fregueses, vivam em condições ideais ou*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo menos, minimamente humanas. Tem vindo à opinião pública, nesta última semana, uma situação que ocorre na minha freguesia, nomeadamente em Alcaria, de um sem-abrigo. Veio na comunicação social, no jornal, na televisão, e só queria esclarecer que o nosso objetivo enquanto freguesia, é não ter ninguém naquelas condições de habitabilidade, a Câmara também, enquanto Município, e tudo tem sido feito nesse sentido. A pessoa em questão viveu numa casa, teve trabalho, teve uma vida, e depois, a história dele levou-o a esta situação e levou-o ao despejo da habitação onde ele residia, e ele optou, naquela altura foi o que surgiu, o carro. Neste momento já foram feitas várias diligências, pelo Município, pela Segurança Social, por nós Junta, mas a pessoa em questão não quer abandonar os animais, nomeadamente um dos animais, que dorme com ele no carro. Todas as opções que lhe foram colocadas, não aceitam esse animal, e portanto, a situação mantém-se porque o senhor não pode ser obrigado a ir para um sítio, e ele não aceita nenhuma das opções. Só para terminar o esclarecimento, ele diz que a Junta não o aceitou para trabalhar. A Junta não o aceitou, porque ele concorreu a um concurso que a Junta abriu para um funcionário, e ele e mais algumas pessoas que não apresentaram a documentação necessária, foram excluídas por falta de cumprirem o regulamento do concurso, e foi o caso dele. Ao contrário do que o senhor disse, de que nós não o tínhamos aceitado para trabalho porque ele não possuía habilitações, não foi nada disso, foi porque pura e simplesmente ele não tinha a documentação que era necessária, e portanto, ele ao candidatar-se a um concurso que vem em Diário da República, tem que cumprir os requisitos como qualquer pessoa. É este o esclarecimento. Não está esquecido, não está alheado das nossas preocupações. Nós queremos ajudar, mas as pessoas também têm que querer aceitar a ajuda. Obrigada."-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----"Boa noite a todos. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa da senhora Presidente. Na sequência da minha última intervenção, aqui na Assembleia Municipal, onde coloquei algumas questões, se bem se recorda senhor Presidente ficaram de me ser enviada pelo menos uma delas, porque era dirigida à senhora Vereadora Telma, e como ela estava em representação do Município, ficou de me ser enviado um e-mail, com o esclarecimento. Como até hoje não recebi, volto aqui a colocar a questão. A situação prende-se com os alunos que utilizam os transportes escolares. Em algumas freguesias os alunos, quer na ida quer na vinda, têm que ir em pé no autocarro, nomeadamente os alunos que apanham à vinda para casa na EBMOP, o autocarro já vem cheio da Secundária. Bem sei, já tinha também referido aqui na Assembleia que a legislação mudou. Antigamente a legislação obrigava a que os alunos tivessem todos lugares sentados, neste momento a legislação mudou, e o que está em vigor, é que há um rácio em que os alunos têm direito a lugar sentado mas há um número de alunos que podem ir em pé. Aquilo que eu questiono, é se, de alguma forma, a Câmara já aferiu efetivamente, se esse número dos alunos que vão em pé, está dentro daquilo que é a legislação, ou se esse valor está a ser ultrapassado,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque efetivamente todos os alunos que estão a entrar, ou a maioria deles, na EBMOP, têm de ir em pé, e estamos a falar dos mais novinhos. Para além disso, referi também, não sei se teve conhecimento, que num circuito, esta segunda-feira e, penso que foi na quinta-feira passada, os mesmos alunos viram o seu autocarro avariado. Não sei se está a par, se é uma situação recorrente, pois, pelo menos no espaço de menos de uma semana, aconteceu duas vezes, e os alunos acabaram por faltar aos primeiros tempos, porque o autocarro atrasou. E já agora também o ponto de situação das obras da Escola Secundária. Obrigada."-----

-----**Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD):**-----

-----"Muito boa tarde. Cumprimento a senhora Presidente, e na sua pessoa todas as pessoas presentes na sala e lá em casa. Aqui apenas duas questões que têm a ver com as obras que têm sido desenvolvidas em Mira de Aire e no caso, foi-nos questionado na última Assembleia de Freguesia, por um freguês, a questão da bolsa de estacionamento em frente à Palmeira e as obras que já estão lá a ser executadas, mas que entretanto houve uma suspensão dos trabalhos, mas continua a existir ali uma falta de segurança grande para pessoas e bens, nomeadamente foi colocada a questão das baías, agora que retiraram o passeio lá existente e que estão mesmo junto ao asfalto, e que na realidade, a passagem de peões ali torna-se perigosa, porque já têm que passar na faixa de rodagem. Concomitantemente, à volta da obra não existe qualquer balizamento, não existe qualquer segurança para as pessoas e portanto fazer aqui este ponto de situação, porque realmente é importante ter atenção, para que não haja ali qualquer acidente. Também aqui questionar e também questionado noutra Assembleia Municipal, foi referido que em termos de média superfície um dos investidores teria uma resposta até final deste mês de abril e portanto, estando nós no final do mês de abril, saber se houve efetivamente alguma resposta. Finalmente, parabenizar o executivo e demais pessoas envolvidas no âmbito do aniversário do 25 de Abril. Comemorar o 25 de Abril é manter e reforçar a nossa gratidão a quem nos permitiu estar hoje, aqui, reunidos, a ter voz e a manifestar a nossa opinião. Parabenizar também a Junta de Freguesia de Mira de Aire, à qual eu pertenço, pelos 90 anos de elevação a Vila e pelos eventos comemorativos que têm decorrido ao longo deste mês, em parceria com várias associações mirenses, e que obviamente desejam que Mira de Aire se torne ainda mais dinâmica. Queria por ultimo, felicitar também a Paróquia de Mira de Aire pela comemoração dos quarenta anos de edificação da nossa Igreja Matriz, que coincide com o dia de aniversário da nossa vila, que foi no dia 10 de abril, e neste aspeto, agradecer a presença da senhora Presidente da Assembleia e a senhora Deputada Olga Silvestre, o senhor Presidente da Câmara e do senhor Vice-Presidente, e também dos senhores Vereadores, Telma Cruz e Paulo Nobre, naquele dia que foi tão importante para a nossa Vila. Obrigada."-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"Penso que já posso dizer boa noite a todos. Na pessoa da senhora Presidente, cumprimento todos os que estão hoje aqui presentes, e cumprimento também, o público que nos assiste, tanto aqui, como em casa, à distancia. Confesso que a intervenção que me traz aqui hoje, não é agradável, e gostava de não ter que a fazer, mas há coisas que nós não podemos calar. Esta intervenção tinha sido decidida antes do dia de ontem, como normalmente acontece nas nossas reuniões preparatórias, porque o tema que trago, é necessário ser exposto, debatido, rebatido, e talvez por nossa culpa, não o tem sido o suficiente. Depois do discurso do PSD nas Comemorações de ontem, do 25 de Abril, para além de necessário, tornou-se muito urgente falar neste assunto. Começo por dizer que é triste, que num momento que se quer de celebração dos ideais de Abril, se use a tão falada liberdade de expressão conquistada naquela data, de forma vil e arrogante, para deitar abaixo um grupo de pessoas, apenas porque pensa e age de forma diferente. No início deste mandato, referi que estamos aqui com uma postura talvez um pouco diferente do habitual, de carácter democrático, proactivo, e primando sempre pela crítica construtiva, sempre com o objetivo de contribuir para a solução e para uma melhoria das condições de vida da nossa comunidade, em todas as suas vertentes. Não acreditamos na oposição do "bota abaixo", questionamos sobre assuntos que achamos não estarem claros, sobre temas que nos preocupam, e talvez 90% das vezes, trazemos as preocupações que nos chegam da nossa comunidade. Não estamos aqui para dizer mal, por dizer, porque vocês são feios e nós somos bonitos, não é essa a nossa forma de atuação e nem estamos para intervir, apenas para que fique registado o número, considerável ou agradável, de intervenções em ata. Também não sentimos necessidade de intervir para validar aquilo que o executivo já disse ou fez, para isso estão cá os senhores da bancada do PSD. Infelizmente esta postura não é surpresa e vai bem com a metodologia usada por este executivo municipal, no tratamento da oposição, no caso os vereadores e membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista. Colocamos questões importantes nesta Assembleia, que raramente têm uma resposta clara e objetiva. Por vezes parece que é uma ofensa questionarmos. Não entendo porque é que invariavelmente é este o sentido com que é acolhida uma questão desta bancada. Então se falarmos de problemáticas relacionadas com a educação no concelho, o mais normal é não haver sequer uma resposta concreta, apesar de ficar prometido até enviar por e-mail, e por meses a fio não enviarem. O ponto essencial ou fulcral que me trouxe aqui, é a documentação para as reuniões. A antecedência com que esta é disponibilizada tanto aos vereadores, como à Assembleia Municipal. Senhora Presidente não se sinta melindrada, já falámos muito sobre isto, conheço a sua postura e as suas limitações, portanto, como se costuma dizer, não enfie a carapuça, por favor. Sei que a senhora Presidente e o senhor Presidente da Câmara me vão dizer que os prazos dos respetivos regimentos são cumpridos. E é verdade. Mas com franqueza, acham que este volume de papel, para analisar, que corresponde a três pontos dos que temos hoje, é passível de ser lido, analisado devidamente, com quarenta e oito horas de antecedência, juntamente com outros pontos? Ou até com uma semana, digo-lhes eu, que tenho andado aqui

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assoberbada e de facto não é fácil, teria que não ter dormido, para conseguir analisar tudo com o cuidado que se impõe. Não sei se conhecem a diferença entre o excesso de velocidade e a velocidade excessiva. É uma analogia do que se passa aqui. Porque eu posso cumprir um limite de velocidade em determinado local, posso provocar um acidente, posso ser considerada culpada, porque em face do local concreto, das condições da via, das condições climatéricas, circulava com velocidade excessiva. É exatamente a mesma coisa. O facto de se cumprir o prazo regimental para a entrega da documentação, não quer dizer que mesmo seja correto e adequado, naturalmente que em situações em que a matéria é tão importante e a documentação é tão extensa, deveria haver esse cuidado com maior antecedência, até porque sabemos que os documentos estão produzidos e passíveis de ser analisados com maior antecedência. Acreditando que os deputados do PSD têm acesso a estes documentos ao mesmo tempo que nós, custa-me a entender a falta de espírito crítico demonstrada e a conivência com esta situação. Ou então, digo eu agora, é-lhes tão indiferente, que votam de cruz. Espero que não seja esse o caso. Talvez não seja inocente esta demora. Não quero acreditar que assim seja, mas talvez a intenção seja mesmo que não haja tempo, para uma análise, ligeira, tão pouco. Por isso, não raras vezes, os Vereadores do Partido Socialista têm um sentido de voto, que mais tarde, com mais informação, afigura-se-nos, e a eles próprios, que deveria ter sido diferente. Hoje mesmo, vamos ter uma situação dessas. Por isso, não posso deixar de registar aqui um lamento, pela falta de transparência e de lealdade democrática deste executivo e da bancada do PSD."-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse acerca da intervenção anterior, que ontem se comemorou o 49º aniversário do 25 de Abril, e uma das coisas que o 25 de Abril trouxe, foi a liberdade, a democracia, a liberdade de expressão, onde as pessoas se podem manifestar e podem expressar-se da forma como melhor entenderem, desde que não sejam ofensivos com o outro. A intervenção da bancada do PSD foi delegada na deputada Dulce Custódio, e o seu discurso é da sua inteira responsabilidade estando no entanto esta bancada completamente solidária com aquilo que ela transmitiu na sua intervenção. Foi-lhe confiada essa responsabilidade, como inteligente e capaz que é falou por si e disse aquilo que lhe ia na alma, não considerando que apesar disso, tenha sido ofensiva ou agressiva relativamente a alguém, para se sentirem ofendidos. Referindo-se ainda às comemorações do 25 de Abril, ocorridas ontem, realçando o seu encerramento com o concerto do Agir.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer o seguinte: "Começo poa agradecer as questões que foram colocadas e passo a responder. A deputada Dora colocou aqui uma questão sobre o percurso ciclável Porto de Mós/Batalha, um projeto que integrou no passado o PAMUS intermunicipal, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto existem na Região de Leiria outros projetos idênticos. Este projeto foi liderado pela Câmara Municipal da Batalha e objetivo, era reparar esta via, sob o ponto de vista do alcatrão, mas também fazer as pinturas normais para a rede viária, mas também em simultâneo colocar as pinturas que de alguma forma significam que existe um percurso inclusivo às bicicletas e portanto este é o objetivo, o objetivo de ligação entre dois concelhos no âmbito da descarbonização e como disse, incluído no plano de mobilidade suave da região de Leiria. Como disse, este projeto foi liderado pela Câmara Municipal da Batalha. A parte de Porto de Mós está concluído, a parte da Batalha vai iniciar-se entretanto. Tem participação de fundos comunitários em 85%, ou mais, não tenho essa certeza neste momento e portanto esclarecer que o valor é aquele que o senhor Joaquim Santiago referiu, mas tem uma participação financeira e não é possível desviar de um lado para o outro – era para aquilo, era para este fim, para a mobilidade suave na região de Leiria e neste caso em particular, para ligar concelhos em mobilidade suave e portanto passou a ser a chamada via amigável, daqueles que transitam ali de bicicleta. Sobre a questão que nos colocou o Alcides Oliveira, o Filipe Batista, também o Félix dos Reis, também existe este problema em S. Bento, também existe este problema em Arrimal e Mendiga, começo por dizer que o que disse o Presidente da Junta de Mira de Aire é verdade, a Drª Vânia tem pedido para ir para o Centro de Saúde sede, para Porto de Mós, a informação que recebemos da coordenadora é que ela só virá quando houver substituto., e portanto vamos esperar que isso só aconteça, quando houver substituto. Efetivamente o Dr. Cesário está de baixa, teve um acidente, e a solução que se encontrou entretanto, tem que ver com aquilo que disse, e muito bem, vem aqui um médico, uma prestadora de serviços uma vez por semana, para de alguma forma “tapar os buracos” ou falhas que existam. A informação que tivemos é que foi aberto um concurso para um conjunto vasto de vagas, e Porto de Mós concorre a seis lugares. Vamos ver se são preenchidas. Se forem preenchidas, provavelmente ficaremos com o problema resolvido. Mas o Filipe Batista colocou aqui outra questão que é mais profunda e que de alguma forma importa ser respondido. De facto, o que está em cima da mesa, é diferente daquilo que o Município defende e daquilo que o Município respondeu ao documento de base da ULS, e que como sabem, está, e depois de ter sido criado um grupo de trabalho, está a avançar. Neste momento, a informação que nós recebemos é que a coordenadora da UCSP de Porto de Mós, fez uma candidatura a uma USF. Esta candidatura a uma USF não pressupõe manter abertas as extensões de saúde de Arrimal e Mendiga e Alqueidão da Serra, concentrando os utentes de Alqueidão da Serra (esta é a proposta) em Porto de Mós e concentrando os restantes utentes da serra, em Serro Ventoso. Esta foi a proposta que está em cima da mesa. Aquilo que está em cima da mesa é diferente daquilo que pode eventualmente vir a acontecer, mas voltando um pouco atrás, e o nosso contributo para o documento da ULS, que foi construído a partir da informação que foi prestada pela coordenadora da UCSP de Porto de Mós, sem haver uma prévia consulta ao Município, porque os municípios não fizeram parte deste grupo de trabalho, no entanto, nós recebemos o documento para dar os nossos contributos.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apresentou depois um documento que foi o contributo do Município, e que foi considerado pela CIM, que foi enviado para o Dr. Fernando Araújo, e que aparentemente terá sido integrado no documento da ULS, e que diz o seguinte: *"Em resposta ao ofício remetido por V. Ex^a., sob a referência Direção Executiva do SNS – Criação de Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, e após análise detalhada do mencionado documento, Plano de Negócio da Unidade de Saúde da Região de Leiria, de fevereiro de 2023, vem o Município de Porto de Mós, apresentar o seguinte contributo que na sua perspetiva, que tem no utente o protagonista central do processo, considera fundamentais para as respostas às necessidades e anseios das populações do concelho. Centramo-nos para o efeito, no ponto 5.3.2, outras propostas de investimento a considerar, novas unidade funcionais e na constituição de uma USF, onde se refere que no Centro de Saúde de Porto de Mós, foi apresentada uma proposta de constituição de USF Aire e Candeeiros, sobreponível com a UCSP de Porto de Mós, e que pretende absorver todos os utentes sem médico do Centro de Saúde de Porto de Mós e assim que seja possível, encontrar alternativas assistenciais de proximidade, como a instalações de balcões SNS 24 e a receção da viatura móvel prevista em PRR e reduzir o numero de polos da Unidade. Somos a referir o seguinte: o Município de Porto de Mós, assume-se sempre como parceiro, na resolução dos problemas do concelho, nas áreas que cruzam responsabilidades e competências locais e nacionais, e está naturalmente, fortemente empenhado na promoção da melhoria do acesso aos cuidados de saúde primários dos munícipes, e profundamente convicto de que esses cuidados terão que ter sempre no utente, o seu foco principal. Nessa medida, considera o Município de Porto de Mós, que a proposta de criação da USF, tal como apresentada na página 179 e acima transcrita, não responde às reais necessidades da população da área de influência da UCSP de Porto de Mós, porquanto: 1. Prevê que seja constituída apenas por três polos – Porto de Mós, Mira de Aire e Serro Ventoso, induzindo o encerramento de quatro polos – Alqueidão da Serra, Arrimal e Mendiga e S. Bento, sem que estejam definidos os critérios indicadores, que fundamentam a proposta. Conforme é reconhecido no documento, no Centro de Saúde de Porto de Mós, existem dois mil trezentos e cinquenta e quatro utentes, sem que tenham médico de família, no ano de 2022, abrangendo todos os polos. Os utentes dos polos da Mendiga e de Arrimal, não têm médico de família desde dezembro de 2021. Conforme é também reconhecido no documento, o concelho de Porto de Mós, caracteriza-se por grande dispersão geográfica, de baixa densidade, com elevada percentagem de pensionistas (33%), com uma taxa de envelhecimento superior à média nacional, com um índice de 7%, com fraca mobilidade e o menor poder de compra do território de influência da ULS. A compensação através de balcões SNS24, não se coaduna com a população em referência e referenciada. Neste sentido, o Município de Porto de Mós, considera, dadas as características do território, da sua população e da função desta Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, que tem como missão a identificação das necessidades de saúde da população, da sua área de abrangência, a resposta integrada dessas necessidades e a melhoria dos níveis de saúde da*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

população através da prestação de cuidados de saúde adequados e em tempo útil, que a USF a ser criada deverá responder às necessidades da população garantindo um serviço de proximidade. Para isso, tem mapeado no programa operacional 2030, na medida 5.1, a construção de dois equipamentos de saúde, que integram a sede. Um equipamento de Unidade de Saúde que irá responder aos utentes da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga e outro que irá responder aos utentes da Freguesia de Alqueidão da Serra, assumindo para isso a disponibilidade de participar a 100% a componente nacional, no caso da candidatura a fundos comunitários, pelo que vem o Município propor que, na ação 3, promover a qualificação e beneficiação das unidades de saúde, página 146 a 149, seja incluída, para além da existente, a construção da unidade de saúde, Polo Arrimal e Mendiga, com custos estimados de seiscentos mil euros, 85% de fundos comunitários e 15% do Município, a reabilitação do Centro de Saúde de Porto de Mós, Polo Porto de Mós, com dotação de oitocentos e noventa mil euros e a construção da Unidade de Saúde, Polo de Alqueidão da Serra com um custo estimado de seiscentos mil euros e participação de 85% e 15% do Município. Ponto 5.2 – na página 179, em novas unidades funcionais, se substitua o texto pelo seguinte: no Centro de Saúde de Porto de Mós, está prevista a constituição de uma USF sobreponível com a UCSP de Porto de Mós, que pretende absorver todos os utentes, incluindo os sem médico do Centro de Saúde de Porto de Mós, com uma resposta integrada às necessidades e à melhoria dos níveis de saúde da população através da prestação de cuidados de saúde adequados, em proximidade. Em novas infraestruturas que sejam incluídos em Porto de Mós, na União de Freguesias de Arrimal e Mendiga que está prevista a construção de um novo polo de saúde, mapeado no programa operacional, em Porto de Mós, na freguesia de Alqueidão da Serra a mesma coisa, e no ponto 4.1.2 RMCCI do Plano de Negócios em análise, verificámos que não consta da tabela 89 a instituição Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, que tem na Unidade de Cuidados Continuados, trinta camas da rede pública e dez da rede privada, e portanto havia aqui uma omissão. Este foi o documento que nós enviámos, com quem já tínhamos falado, do nosso contributo, e que mesmo sabendo-se que há-de chegar até ao executivo, um pedido de parecer sobre aquela USF, que foi proposta pela coordenação da UCSP de Porto de Mós, nós iremos, seguramente, dar parecer desfavorável. Aquilo que nos dizem é que o parecer não é vinculativo, terá que ser alguém a assumir a responsabilidade de uma coisa, que nós em representação da população, não aceitamos. E portanto, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, o que está efetivamente em cima da mesa é isto, é preocupante, e o Município, o Executivo, a Assembleia Municipal, não estamos, nem parados, nem confortáveis. Estamos preocupados, muito preocupados e portanto, aquilo que aí vem deverá ser, mais uma vez volto a dizer, uma luta consensualizada, uma luta de todos, para bem da população do concelho de Porto de Mós, e acho que não deve ser de outra forma. Sobre a questão do fibrocimento, nas paragens de autocarro, nós definimos avançar com um projeto de retirar o fibrocimento, no concelho de Porto de Mós, e felizmente, pelas razões que vocês percebem até aqui das Contas de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2022, não foi possível chegar a todo o lado, tivemos que fazer opções, uma delas que ficou ainda por fazer, o regulamento está iniciado, haveremos de avançar com o regulamento, entretanto, mas não demos esse passo. Eu não tenho prazo para esta questão, sob o ponto de vista do tal projeto, com o regulamento. Sob o ponto de vista objetivo, devo dizer, a responsabilidade das paragens de autocarro e da sua manutenção, é das juntas de freguesia, para isso recebem uma transferência, do Estado, através do fundo de equilíbrio financeiro. Sobre a questão da Saúde Pública, e dos gases, na altura o carro, sei que resolveu o problema, e pensei que estava resolvido, e amanhã mesmo, já vou ver o que é que se passa. Tomei boa nota desta questão. Sobre a questão de Joaquim Santiago, eu respondi, estes dinheiros de fundos comunitários, não são passíveis de transferir para outras estradas. Não há sequer financiamento comunitário para arranjar estradas a não ser esta, que foi neste âmbito, e também não há fundos comunitários para a substituição de fibrocimento, vamos fazendo. A questão da estrada dos Montes, está adjudicado. O empreiteiro há de começar a obra entretanto, porque ela tem que ficar concluída no verão e portanto tem mesmo que a começar entretanto. Relativamente à questão que refere do pavê, aquilo é uma via, aquilo só não levou alcatrão. Aquilo é uma zona de passagem de viaturas, aquilo é uma estrada estreitíssima, inclinada, e não pode, numa estrada daquelas, pôr-se, onde vão passar os carros, paralelo pequeno, não pode ser, e portanto o que foi ali colocado, foi exatamente aquilo que substitui o alcatrão, e neste caso, é o pavê. Sobre a questão da iluminação pública, respondendo ao Félix, dizer que nós alterámos já, há cerca de um mês, fizemos o pedido para repor a iluminação pública conforme estava antes. A parte que é controlada eletronicamente e à distância, está resolvida, foi reposta, a outra, que são cerca de cento e cinquenta pontos, tem que vir a empresa e vai fazendo. Isto é um processo que demora cerca de um mês, foi o que nos foi dito, e há-de estar concluído entretanto. Sobre a questão dos plásticos colocados nos postes, colocada pelo Carlos Cordeiro, dizer que nós, no licenciamento já recomendamos e o Município vai fazendo também este trabalho de limpeza. Tem que ser aqui muito a sensibilização e a sugestão é obviamente aceitável. Sobre a questão colocada pela senhora Deputada Lílíana, dizer que a sensibilização foi feita na altura, à Rodoviária do Lis, que nos respondeu com esta questão da percentagem de alunos de pé. Na altura até fiz um telefonema para o Diretor, e inclusive, o senhor Diretor disse-me que no dia anterior tinha sido feita uma substituição porque a necessidade de suprimir a quantidade de alunos, exigia um novo autocarro, portanto foi resolvido com um novo autocarro. É óbvio que foi uma situação pontual, mas devo dizer que relativamente aos transportes escolares, foi hoje assinado na Comunidade Intermunicipal, com este operador, para toda a região de Leiria, um contrato, que decorre do contrato público internacional. Vamos começar a trabalhar com este operador, as linhas, aquilo que está no caderno de encargos, que é um pouco diferente, daquilo que existe hoje, e tentar garantir, também para o concelho de Porto de Mós, um serviço melhor. Sobre as obras da Escola Secundária de Porto de Mós, na última reunião de Câmara foi aprovado o projeto com todas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especialidades. Estamos aqui em contrarrelógio a fazer o registo da Escola que não estava registada, para avançarmos com a candidatura obrigatória e necessária, candidatura que envolve valores na casa dos oito milhões de euros. Depois dizer que o estacionamento, em frente à Palmeira foi parado, objetivamente por falta de segurança. Estamos a identificar agora o problema e vamos com certeza, entretanto avançar e vamos ver esta questão do reforço de segurança, para vermos se podemos melhorar. Relativamente à média superfície, efetivamente o compromisso que temos, é até ao final de abril. A senhora do LIDL, posso dizer qual é a cadeia, comprometeu-se connosco, há pouco dias, que entretanto nos dava uma resposta. Tivemos hoje, mais um contacto de outro grupo, que também manifestou algum interesse, vamos ver o que acontece – o outro grupo é a Sonae, e inclusive, manifestou o interesse por escrito, relativamente a esta questão. Infelizmente não tenho muito tempo, mas queria só dar nota do seguinte: a senhora Deputada Rita Cerejo, já esteve aqui, já esteve deste lado. Eu tive o cuidado, e já disse isso no passado – às vezes não gostam que eu fale do passado, mas obrigam-me a que tenha que falar no passado – o Regimento não alterou. Todos os anos há documentação entregue. Todos os anos, se cumpre o regimento. Altere-se o Regimento, proponha-se a alteração do Regimento, para se entregarem os documentos com quinze dias, com um mês de antecedência, que seja. Há aqui dois documentos que foram em cima dos prazos e este documento das Contas, foi atempadamente para os senhores vereadores, e eu só falo na questão dos senhores vereadores. Aqui, relativamente a essa matéria, confundir o envio de documentos, eventualmente dentro do tempo que vocês precisam, mas cumprindo o Regimento, dizer que isto é falta de transparência, que isto é falta de clareza na gestão do Município, eu acho que é demais. E portanto, haverá dificuldade no tempo, sempre houve, de quem tem a sua atividade profissional e está na Câmara, em missão, apenas para cumprir aquilo que foi o mandato que o povo lhe destinou. Por outro lado, temos tentado ao máximo, e as atas revelam isso, que haja entendimentos nalgumas matérias mais sensíveis, como tem acontecido, com a total compreensão da parte dos vereadores do Partido Socialista, sempre que há esta questão. Há dois documentos que de facto foram mais tarde, decorreram de reuniões que houve nesses dias. Nós inicialmente contávamos que a Assembleia Municipal acontecesse a 28, não foi possível, é a 26, tivemos que “queimar os prazos”, sobretudo nas reuniões que tivemos que fazer para aprovar esses mesmos documentos, no sentido de não os enviar à Assembleia Municipal antes de eles estarem aprovados. Isso é que não fazia sentido. Esta foi a questão objetiva, e falo dos dois documentos rapidamente: PMDFCI e a Carta Educativa. Muito obrigado.”--

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, passou a dizer, em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, que “foi enviado através do senhor Presidente para a Assembleia Municipal, um comunicado que a senhora Coordenadora da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Porto de Mós, enviou, e que eu enviei, e portanto não faz sentido estar aqui a lê-lo, esse comunicado e esse sentir para todos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhores Deputados e senhores Presidentes de Junta para que todos soubessem aquilo que a senhora Coordenadora referiu. Em relação ao pedido que fez, por acaso, eu na sexta-feira, fui ao Centro de Saúde, no sentido de convidar a senhora Dr^a para vir hoje aqui, para falar um pouco da Saúde no concelho, só que ela não estava e depois não tive tempo para poder reunir com o conselho técnico, para nesse mesmo âmbito, e embora não venha trazer nada de novo, poderem ouvir da Coordenadora da Unidade, como é que as coisas estão organizadas ou como é que ela pensa organizá-las, uma vez que ela é agora a responsável da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados. Apenas duas coisas em relação à Saúde. Em Porto de Mós é onde isso nos preocupa mais, mas a Saúde a nível nacional vai piorar. O concurso que o senhor ministro lançou, é para novecentos médicos, mas ele não tem esses médicos, porque não estão em Portugal."-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----A senhora Presidente disse que gostaria de referir que o ponto sete da ordem de trabalhos se subdivide em três pontos, a saber, "7.1. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação); 7.2. 2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação); 7.3. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação);" sendo que no texto da presente convocatória, a numeração assumiu-se como pontos autónomos, 8, 9 e 10. Assim pedia que a Assembleia autorizasse a alteração desta numeração ficando a constar como se segue:-----

-----" Modificações aos Documentos Previsionais 2023-2027: -----

-----7.1. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação);-----

-----7.2. 2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação);-----

-----7.3. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação);-----

-----8. Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação);-----

-----9. Contrato de conceção e prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU e limpeza urbana no concelho de Porto de Mós - compromissos plurianuais (Apreciação, discussão e votação);-----

-----10. PMDFCI - Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios – 2021-2030 do Concelho de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação);-----

-----11. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação) "-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente colocou a votação este assunto, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022 (Apreciação, discussão e votação):-

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, passou a apresentar o Relatório cima epigrafado, da seguinte forma: "Quero começar por agradecer à bancada do Partido Socialista a cedência de tempo, muito obrigado. Começo este ponto por agradecer, de uma forma reconhecida, à equipa da Contabilidade na pessoa do Dr. Rogério Nunes, e também ao Pedro Vala, Chefe de Gabinete do Presidente, todo o trabalho cuidado, para que chegados aqui hoje, possamos ter uma apresentação e divulgação das Contas relativas ao exercício económico de 2022, em acordo com os modelos uniformes do SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, do Tribunal de Contas e doutros normativos emanados daquele Tribunal, assim como forma simples e acessível para a adequada análise por parte de qualquer cidadão. Se o exercício de 2021 e parte ainda de 2022, foi profundamente condicionado pela pandemia COVID 19, o exercício de 2022 e tendencialmente o de 2023, serão inevitavelmente marcados pela invasão da Ucrânia pela Rússia, com todas as consequências sociais, políticas e económicas que daí advêm - a paz, a democracia e a segurança, valores que antes tínhamos dado como adquiridos, estão a ser profundamente postos em causa. A par desta instabilidade mundial intensifica-se a ideia de que estamos a atingir o limiar da progressão: pela primeira vez, há de facto uma geração que se encaminha para viver com menos recursos, com menos segurança, e com menos paz, do que as gerações dos seus pais e dos seus avós, situação que tem que ser equacionada por quem tem o poder de definir as políticas públicas, sejam elas de índole internacional, nacional, regional ou até local. Entretanto, muitos aspetos já mudaram desde aquela fatídica quinta-feira, dia 24 de fevereiro de 2022. Os países, canalizam agora bem mais recursos para orçamentos da defesa, o mundo está a organizar-se em novas alianças ou reforça os blocos já existentes. A desconfiança é a norma nas relações internacionais, como todos podemos ver diariamente. A Rússia caiu num frenético turbilhão de desligação da economia mundial e da globalização – um isolamento sem precedentes de uma única nação. Muita coisa mais poderá mudar para sempre no mundo como o conhecemos até aqui – desde logo, um regresso mais do que provável das formas mais agressivas de nacionalismo económico. As autocracias sustentadas pelo populismo, e aproveitando o caminho aberto que lhes é proporcionado pelas democracias crescem de forma preocupante e tendem a ter presença reforçada na Europa democrática, onde Portugal não é exceção. Na sequência de tudo o que foi dito anteriormente, o facto é que os acontecimentos estão a provocar uma inflação galopante. Todos os dias as famílias perdem uma parcela do poder de compra. As mudanças de políticas nos Bancos Centrais prometem subir as taxas de juro que ameaçam as economias altamente endividadas, como a portuguesa. As sanções à Rússia e o puzzle geopolítico que o Ocidente joga com a China anuncia novas disrupções nas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cadeias logísticas que se assumiram como a força motriz da globalização. Dir-se-á que, tipicamente, este é o tempo por excelência para a afirmação dos Estados Nacionais. A política local, porém, tem um papel muito importante neste conflito. São os governos que determinam as quotas de refugiados. Mas são as autarquias que recebem as pessoas em fuga da guerra. São os governos que têm os exércitos. Mas são as autarquias que dão um abrigo, uma refeição quente ou até um emprego. São os governos que aplicam as sanções. Mas são as autarquias que criam políticas públicas que vertam uma visão humanista e de apoio direto ou indireto aos seus concidadãos. Porto de Mós assumiu, desde a primeira hora, que guerra na Ucrânia também é uma guerra contra os nossos valores de liberdade, democracia e primado da lei, pelo que neste concelho foram aceites cidadãos ucranianos que fugiram da guerra nomeadamente mulheres e crianças. O concelho de Porto de Mós associou-se numa onda de solidariedade, ao sofrimento do povo ucraniano, e para isso contámos com um corajoso grupo de voluntários que se organizou e que foi em caravana à Ucrânia recolher cidadãos em fuga da guerra, juntámos também toneladas de bens essenciais, depois levados em camiões de ajuda humanitária e entregues aquele povo mártir, para o qual houve a disponibilidade das empresas e pessoas deste concelho, que de forma solidária e altruísta mais uma vez disseram presente. Atrevo-me a dizer, que são assim os portomosenses. Apesar de todas as contrariedades dos últimos 3 anos este executivo não deixou de delinear e concretizar um conjunto de projetos aos mais diversos níveis, muito focado nas pessoas e empresas que geram emprego e valor acrescentado neste território. Sem querer ser exaustivo, permitam-me, senhoras e senhores deputados, que mencione apenas algumas: falo do desagravamento da carga fiscal dos impostos municipais, com a baixa de IRS, da devolução de IRS, da derrama, implementação de IMI familiar, assim como, os benefícios fiscais e apoios que podem ser obtidos na requalificação de edificações situadas nas ARU's – Área de Reabilitação Urbana de Porto de Mós e Corredoura, Mira de Aire e Juncal; no apoio às famílias mais vulneráveis através de apoios diretos com bens essenciais, alimentação, medicamentos, saúde oral, produtos de apoio, obras, entre outros; implementação de transportes escolares gratuitos para todos os alunos que frequentam escolas do concelho; as bolsas de estudo para alunos que acedem ao ensino superior e o apoio à natalidade; apoio nas refeições escolares, a Implementação dum plano de saúde que abrange toda a população do concelho, numa ação quase pioneira em termos de municípios no nosso país e ainda outros apoios na área social e da educação. Apesar do conjunto de medidas e do peso orçamental de que se revestem, o Município continuou a executar obras físicas que considera importantes para a melhoria da qualidade de vida dos que aqui vivem e daqueles que pretendem optar por fixar aqui residência, no concelho de Porto de Mós. Falo da conclusão e apetrechamento do edifício da Central Termoelétrica, agora designada por "central das artes" e conseqüente dinamização com diversas atividades, essencialmente de índole cultural; conclusão do abastecimento de água a todo o concelho, anseio da população, especialmente da Freguesia de S. Bento; adjudicação e execução da 1ª fase da obra de "Ampliação da ALE de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porto de Mós" (maior obra alguma vez adjudicada por este Município), e que dela esperamos que traga retorno para este Município através da fixação de empresas, com a consequente criação de postos de trabalho e ainda maior fixação de pessoas, especialmente jovens, no concelho; adjudicação e execução de parte da obra " recuperação da Casa dos Calados" no Juncal, que foi prometida há mais de vinte anos, e que será uma realidade dentro de pouco tempo, para usufruto daquela freguesia do Juncal, mas também de todo o concelho; conclusão do processo burocrático da obra de " Saneamento dos lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Léguas e Boeira" com o lançamento da empreitada e do empréstimo bancário para financiar este importante investimento, já tem visto do Tribunal de Contas, o empréstimo bancário, esperando que as obras possam começar, se tudo correr como esperamos, ainda no primeiro semestre de 2023. Apesar destes grandes investimentos o Município não descurou outras áreas intervenção como são melhoria dos edifícios da área da educação e da saúde, seu respetivo apetrechamento, substituição de redes de água em fibrocimento, ampliação da rede de esgotos, pavimentações novas um pouco por todo o concelho, arranjos urbanísticos também em diversos locais do concelho, investimentos em modernização dos serviços, elaboração de diversos projetos entre muitas outras ações que estão abordadas nos pontos específicos do documento que vocês têm. Foi um ano bastante difícil na gestão autárquica, motivada pelo aumento exponencial de bens e serviços, dificuldade em adjudicar algumas empreitadas, sobretudo atendendo à falta de alguns bens, em resultado da escassez do mercado e até por falta de mão-de-obra o que levou à não execução de alguns projetos que estavam planeados para o ano de 2022 e devidamente dotados nos documentos previsionais. Como tem vindo a ser apanágio dos nossos executivos, as contas continuam equilibradas e com capacidade para alavancar projetos de grande envergadura, preparando-nos para as candidaturas aos fundos comunitários que entretanto ficarão disponíveis, seja através do PRR – Programa de Recuperação e Resiliência, ou através do novo quadro comunitário de apoio "20-30", assim como do Fundo Ambiental, ou até eventualmente recorrendo a empréstimos, como é o caso da construção de habitação junto do IRHU, I.P. ou para substituição de todas as luminárias de iluminação pública, num projeto que é liderado na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. O saldo de gerência que transitou para 2023 é de cerca de 3,7 milhões de euros, coerente com a política de garantir a capacidade de investimento municipal: forte, constante, contínuo e preferencialmente feito com recursos próprios, embora consideremos que a gestão municipal não se faz em função de saldo bancário, mas antes através de implementação de políticas e projetos que alavanquem o concelho e o posicionem num elevado patamar de desenvolvimento, a ombrear com os melhores. No que concerne à dívida registada no final do exercício (cerca de 2 milhões de euros) e que tem vindo a descer anualmente, está muito longe do limite endividamento legalmente consagrado a esta autarquia – cerca de 26 milhões de euros, pelo que não haverá impedimentos que aí possam vir. Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento do Município de Porto de Mós em 2022 como analisa a sua situação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

económico-financeira, apresentando as respetivas demonstrações financeiras. Quanto à metodologia utilizada para o relatório de prestação de contas do ano 2022, ela não difere muito dos anos anteriores, por isso, para que se possa aplicar de forma literal um princípio da contabilidade – a comparabilidade, foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores. Importa ainda referir que o exercício de 2022 foi o primeiro ano de exercício completo deste mandato autárquico e, pese embora o facto da maioria do eleitos do executivo serem os mesmos do anterior mandato, foram definidas novas políticas para este mandato que pretendemos levar a cabo, reiterando-se que o mandato tem 4 anos, não sendo por isso espectável ou até exequível, que todos os compromissos, sejam realizados logo no primeiro ano de mandato. O nosso sentido de estar nestas funções é direcionado para o que falta fazer, priorizando as ações em função das necessidades, na relação direta com as disponibilidades sempre com muito empenho diário para a sua concretização. Este executivo tem muito orgulho no trabalho que tem sido desenvolvido, com o contributo excecional dos trabalhadores do município, da sua disponibilidade e verdadeiro empenho, das nossas Juntas de Freguesia, com quem continuamos a manter estreito e profícuo relacionamento, numa perspetiva de proximidade e de definição em articulação das referidas prioridades, assim como, com todos os prestadores de serviços, sabendo que a gestão dos recursos públicos, deve ser feita de forma eficiente, eficaz, equitativa e transparente. Na administração autárquica estes pressupostos assumem uma grande relevância para os nossos munícipes, não só na perspetiva contabilística, financeira, e de gestão, mas sobretudo, no mérito e eficácia da concretização dos programas de ação e dos objetivos estratégicos traçados para o Município. No fundo, os recursos que nos são disponibilizados para gerir, advém de impostos cobrados, direta ou indiretamente, o que releva a obrigação de os gerir de forma responsável. E por isso, direi que o orçamento da receita foi cumprido em 94,23%. Inicialmente havia uma receita prevista de vinte e quatro milhões novecentos e vinte e dois, depois, por via sobretudo da transferência de competências na área da educação, houve um reforço e o estimado de receita final era de vinte e sete milhões novecentos e noventa e foram executados, vinte e seis milhões setecentos e sessenta e quatro. O Município arrecadou de impostos diretos cerca de 5,5 milhões de euros, dos quais, cerca de 50% correspondem a cobrança de IMI e o restante de Derrama, IMT e IUC. Do Orçamento do Estado, foram transferidos oito milhões setecentos e nove mil euros, que corresponde a 65,3% do total das transferências. As restantes são provenientes de fundos comunitários, e de outras transferências do Estado. As transferências de capital, correntes, correspondem a 57% do total das receitas do Município, e os impostos diretos, correspondem a 23% do total das receitas. A receita do exercício de 2022, apresentou um acréscimo de dois milhões, trezentos e sessenta e um mil euros, ou seja, mais 11,23% do que em 2021 e que resulta de aumento de fundos comunitários, e também, como já tinha dito, do Orçamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Estado, do processo descentralização. O orçamento da despesa foi cumprido em 82,34%, previstos vinte e sete milhões, novecentos e noventa e executados vinte e três milhões, zero cinquenta e um. Total da despesa de capital, seis milhões novecentos e sessenta, total da despesa corrente, dezasseis milhões e oitenta e sete mil euros. 34,5% da despesa foi com a aquisição de bens e serviços, 26,5% com despesas de pessoal e 27,7% com despesas de investimento. Relativamente à aquisição de bens, teve um acréscimo de 9,35%, que corresponde a quinhentos e trinta mil euros, que diz respeito essencialmente ao aumento exponencial de alguns bens, nomeadamente combustíveis, e o aumento do consumo dos mesmos, devido à retoma. Na aquisição de serviços, houve um aumento mais significativo, de 25%, que corresponde a novecentos e noventa e sete mil euros, e que tem que ver, sobretudo, com o aumento do custo da eletricidade mas também do gás, e algum aumento com os transportes escolares. As despesas com o pessoal, aumentaram 12,6%, mais seiscentos e sessenta mil euros, e que decorre do aumento do ordenado mínimo, que teve efeitos a 2021, mas só foram pagos em 2022, e também a descentralização da educação, uma vez que recebemos mais trinta e três trabalhadores em 2022. A receita, como já disse, foi de vinte e seis milhões setecentos e sessenta e quatro, e a despesa, vinte e três milhões e cinquenta e um mil euros, o que resulta num saldo de gerência de três milhões setecentos e treze, que nós já acomodámos na Assembleia Municipal de fevereiro, pese embora que continuemos a desenvolver políticas sociais de apoio às famílias, como é o caso do IMI Familiar, o IMI no mínimo legal, que já vem de há décadas, aqui no Município de Porto de Mós, implementámos a devolução dos tais 2,5% de IRS, às famílias, o apoio à natalidade, bolsas de estudo, entre muitas outras, também o apoio às empresas, através de valores reduzidos da derrama e receitas resultantes de impostos diretos, as receitas de impostos diretos aumentou cerca de 23%, face a 2021, mais quinhentos e quarenta e cinco mil euros. Isto contraria um pouco quem pensa que os benefícios fiscais não são fatores de atratividade. O facto, é que neste momento as escolas de Porto de Mós, direi que "estão a rebentar pelas costuras", têm mais trezentos alunos do que tinham no ano letivo anterior. Devo dizer que há uma percentagem significativa de alunos portugueses, os emigrantes são cá necessários, fazem cá falta, têm vindo, são muito bem recebidos, mas não é só proveniente deste fluxo de emigração, tem a ver também com famílias que decidem vir viver para o nosso concelho. Temos reduzido as taxas de desemprego, e como foi noticiado, e sairá amanhã no jornal "Região de Leiria", houve um aumento do rendimento médio das famílias no nosso concelho, que neste momento é o terceiro concelho da região, onde se pagam as remunerações médias mais elevadas, o que é sinal da robustez do nosso tecido empresarial e a qualidade dos trabalhadores que temos ao serviço dessas empresas. Isto não é algo para que o Município tenha contribuído, como devem pensar, nem quero esses louros, mas é efetivamente, a qualidade do nosso tecido empresarial. O Município, apresenta o resultado líquido de 1,1 milhões de euros, mas como bem sabem, nós damos pouca importância a este resultado. Este resultado, vale o que vale, os Municípios não estão cá, como se diz na gíria, para dar lucro,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão cá para resolver os problemas às pessoas, temos este resultado, mas não é isto que é significativo. O limite de endividamento, como já disse, é de vinte e seis milhões duzentos e sete, o equilíbrio corrente foi cumprido, nos termos do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, ou seja, a cobertura das despesas correntes por receitas correntes, houve um saldo corrente de 20%, que corresponde a quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil euros. Para terminar, relativamente aos indicadores de gestão financeira e de execução orçamental, referir que a liquidez geral, que é a capacidade para fazer face às despesas de curto prazo, no Município de Porto de Mós, é de 636,74%, a autonomia financeira, que é a solidez financeira e a capacidade para cumprir com as obrigações não correntes, é de 96,3%, e a solvabilidade, que avalia a capacidade para liquidar as responsabilidades assumidas, quer a curto prazo, quer a médio e longo prazo, com recurso ao património líquido, 2601,34%. Muito obrigado."-----

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer o seguinte: "Primeiramente uma opinião relativamente aos documentos: felicitar a equipa pela sua elaboração. Durante, talvez mais de dez anos também estive no acompanhamento e preparação de documentos do mesmo tipo, noutra concelho, e sei o quanto é difícil conseguir muitas vezes cumprir com prazos, cumprimos com tudo, e fazê-lo bem. E fazem-no muito bem e em meu nome um muito obrigado à equipa. Também desta forma, o voto que teremos, é o reconhecimento também para vós, da forma clara e imparcial com que o fizeram. Obrigado. O documento que nos foi apresentado, é o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022, resulta, como já disse o senhor Presidente da obrigatoriedade legal e cumprindo com todas as regras. Também já foi dito que neste exercício o Município de Porto de Mós, apresenta uma taxa de execução de orçamento da receita de cerca de 94,23%. Analisando a receita total de 2022, verificamos que esta registou um acréscimo de 11,23%, face a 2021, um acréscimo de 2,4 milhões de euros, isto se não considerarmos o saldo de gerência, apresentando um valor de cerca de 23,4 milhões de euros, quando foi 21 milhões de euros em 2021, e 18,7 milhões de euros em 2020. No global, a receita corrente foi de 20,4 milhões de euros, representando 87% do total da receita e a de capital, 3 milhões de euros. A despesa, apresenta um grau de execução de 82,34%, tendo sido executados 23%, tendo a corrente um peso de cerca de 70%, que totalizou 16 milhões de euros, e a despesa de capital, cerca de 7 milhões de euros, tendo a receita de capital apresentado 43% da despesa de capital. À semelhança de anos anteriores, a despesa de capital, superou claramente a receita de capital. As rubricas com maior peso, são as despesas com a aquisição de bens e serviços, no valor de 8 milhões de euros, correspondendo também 34,51% de todas as despesas. As despesas com pessoal, no valor de 6,2 milhões de euros, a 27%, tendo sofrido o acréscimo já referido de cerca de seiscentos e sessenta mil euros, relativamente ao ano anterior, provocado pelas competências adquiridas no âmbito da educação, ação social e saúde, para um número total de trezentos e quarenta e nove

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhadores. A receita corrente, representou, 127% da despesa corrente, ou seja, libertando 4,3 milhões de euros, para investimento, que quando combinado com as amortizações de médio e longo prazo, está demonstrado o equilíbrio orçamental. Destaco a redução da carga fiscal no município na sequência da política de não aumento de impostos, o Município de Porto de Mós, tem vindo ao longo destes últimos anos, a não aumentar qualquer imposto, ao nível de taxas, tendo mantido mesmo, algumas isenções. Na análise da execução orçamental das Grandes Opções do Plano, linhas de desenvolvimento e estratégia local, que inclui o plano plurianual de investimentos e descrição detalhada das atividades mais relevantes, com um total de despesa de 11,7 milhões, as funções sociais, cultura, serviços, ensino, saúde, foram as que tiveram maior expressão com valor pago de 6,6 milhões de euros, similar ao do ano anterior. O saldo da gerência já foi referido, de cerca de cerca de 3,7 milhões de euros, um saldo, que para a nossa dimensão, a nível de receita, é extremamente importante, e que nos permite demonstrar a boa saúde financeira do nosso concelho. No PPI, atingiu-se uma taxa de compromisso, de 88,73%, e uma taxa de realização de 65,66%. Relativamente a 2021, tem que ser dito, ocorreu uma redução dos investimentos, inferior a 1,5 milhões de euros, ou seja, de 7,8 milhões de euros, para 6,4 milhões de euros, no entanto, se o compararmos com anos anteriores, os investimentos efetuados em 2022, ainda estão muito acima do que foi realizado. Destaco, como já foi dito pelo senhor Presidente, algumas obras importantes: Central de Artes, abastecimento de água em S. Bento, ampliação da ALE de Porto de Mós, a Casa dos Calados, projeto e tudo o que está relacionado com o saneamento dos lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira. As mais relevantes, com mais incidência para as despesas correntes, destaca-se uma taxa de compromisso de 94,72% e de realização de 91,46%, das quais, a função social representa 75,12%, com cerca de 1,5 milhões de euros gastos com as refeições escolares, prolongamentos, transportes escolares, bolsas de estudo, entre outras. Ainda nesta continuidade, o apoio às famílias mais vulneráveis, ao medicamento, à natalidade, o IMI Familiar, a tarifa social da água, o envelhecimento ativo, entre outros e por ultimo, o plano de saúde e refiro o que está no site, "Chegou o Plano de Saúde para Todos. O plano que lhe dá acesso aos principais prestadores de cuidados de saúde privados, entre muitas outras vantagens. Inscreva-se no Plano de Saúde para Todos de forma gratuita." Importantíssimo também o valor transferido para as freguesias, porque as freguesias e os senhores Presidentes de Junta concordarão comigo, são as freguesias que estão próximas das populações, são as freguesias que conhecem, mais próximo, do que qualquer um de nós, a melhoria da qualidade de vida, ou seja, se investirmos nas freguesias, estamos a investir num melhor serviço publico, bem como os valores transferidos, com é referido no relatório de contas por várias vezes, transferidos para as associações de bombeiros, culturais, desportivas, agrupamentos de escolas, entre outros. A dívida, é no final de 2022, do montante de 2,08 milhões de euros, cento e sessenta e sete mil euros, abaixo do valor apresentado em 2021, valor que, mais uma vez, para a nossa dimensão, não é de forma nenhuma significativo, e muitas vezes, estes valores acontecem, porque claramente, há faturas que não conseguimos confirmar e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conferir atempadamente, antes do seu pagamento. Concluo também nesta parte, que o nosso prazo médio de pagamentos, é de treze dias. No que concerne ao endividamento de médio e longo prazo, as dívidas assumem, no final de 2022, para mim, um valor histórico – setecentos e setenta e seis mil euros, tendo ocorrido uma diminuição de cento e noventa mil euros, relativamente a 2021. Acresce aqui, após todos estes números, que o Município dispõe de um limite de endividamento, acima ou próximo dos vinte e seis milhões de euros. Já foi falado o resultado líquido positivo e a importância que terá para as autarquias, no entanto, tendo em conta que muitas vezes temos aqui movimentos contabilísticos, é sempre importante termos o resultado líquido positivo, neste caso é de 1,1 milhões de euros. O Relatório de Contas demonstra que o Município, está preparado para o processo de investimento, para promover uma política de investimentos com base nos fundos comunitários, na estratégia local da CIM e tudo o mais. Entendo também que só com Contas equilibradas é que se poderá melhorar a qualidade de vida de todos. Se repararem, aqui ao fim de semana, no centro da vila e não só, não sei se têm reparado no aumento de visitantes, no aumento de pessoas que circulam nos parques, nos jardins, que circulam aqui habitualmente, o que é ótimo e que significa que estamos todos a fazer um bom trabalho. Concluo mais uma vez, com um obrigado a todos.”-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Loureiro – Presidente da Junta de Freguesia de Juncal (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que não vem com as contas tão esmiuçadas como o deputado Nuno Salgueiro, mas que vem falar de quatro milhões de euros, que se referem ao saneamento da Cumeira, Cruz da Légua, Albergaria e Boieira, sendo que na documentação recebida, aparece “análise de propostas”, e o senhor Presidente acabou de anunciar que a obra começava no primeiro semestre de 2023, perguntando se este se referia efetivamente a 2023, e que era apenas essa a questão. “Se for em 2023, estamos a dois meses, o que quer dizer que vamos entrar em obras, em breve.” Era só isso que queria ver esclarecido, porque ficou sem perceber.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----“Na pessoa da senhora Presidente, cumprimento todos os presentes, e todas as pessoas que nos estão a ver lá em casa. Face à explanação do senhor Presidente da Câmara e do meu colega do PSD, acho que não há muito mais que eu tenha a dizer. Gostaria de congratular a Câmara Municipal pela ampliação da ALE, e pelas ARU's, que realmente são elementos estruturantes para o nosso concelho. Posso dizer que também já usei o cartão de saúde e fiquei bastante satisfeito com ele, é realmente útil e recomendo a todos os munícipes que o peçam, porque é algo que, manifestamente tem mais benefícios que defeitos, se é que tem algum. Contudo, sendo portomosense e querendo mais para o meu concelho, assusta-me bastante esta taxa de execução de 66,3%. Isto faz-me lembrar as taxas de execução de antes do ano das eleições e quando estávamos ainda em período de COVID. São taxas de execução de despesas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de capital, que revelam que pouco mais de metade dos investimentos que a Câmara se propôs para o ano de 2023, foram cumpridos, o que também revela que a taxa de endividamento seja tão baixa, porque se não houve investimento também não vai haver endividamento. Então, como portomosense, gostaria mesmo que esta taxa de execução se aproximasse dos 81%, que, se não me engano, foi no ano das eleições, para demonstrar o mesmo empenho. Obrigado".-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer o seguinte:" Começava por dar uma palavra à prestação de contas, a forma bem apresentada como elas estão, diria mesmo, legalmente bem apresentadas. A prestação de contas do ano de 2022, contas estas que ao longo do ano de 2023, já tínhamos uma ideia muito aproximada do resultado que seria alcançado. Cumpre agora analisar alguns indicadores de modo a verificar da boa gestão realizada nesse ano. Desde logo, temos que começar por analisar a execução da receita, pois que, sem receita, não poderá haver despesa, e não será possível, cumprir o Orçamento previamente proposto. Assim, vemos que a execução da receita, foi de 94,23%, o que desde logo, nos alimenta a ideia de estarmos perante um ano, bem conseguido nos movimentos orçamentais, e nos investimentos anexos ao mesmo Orçamento, e como tal, estar a ser cumprido o plano de melhoria social e de infraestruturas e qualidade de vida, no nosso concelho. Na evolução da receita, há certas rubricas que nos dão logo uma panorâmica do aspeto social do nosso concelho. Desde logo, o aumento da receita do IML, é um indicador de mais habitação ou de melhor habitação. O aumento da receita do IMT, é sinónimo, também, de mais habitação, que será de construção nova, ou de transação de edifícios não habitados. A derrama, pese embora uma isenção em metade do coeficiente habitual para as denominadas micro e pequenas empresas, o aumento verificado, espelha uma melhoria nos resultados líquidos, das empresas do nosso concelho. Segundo o mesmo raciocínio, e entrando na execução orçamental da despesa, verifica-se que esta atingiu os 82,34%, o que é um desempenho muito positivo. Destaque aqui para as receitas de capital, que foram de dois milhões e novecentos e oitenta e quatro mil e as despesas de capital, foram de seis milhões, novecentos e sessenta e três mil, o que demonstra bem, a poupança conseguida nas despesas correntes, vindo esta poupança a produzir riqueza em termos de infraestruturas nas despesas de capital. Passamos agora a fazer uma análise sobre a demonstração de resultados e balanço, à data de 31 de dezembro. Na demonstração de resultados, destaque para os cerca de quatrocentos mil euros assim como para os cerca de um milhão e cem mil euros de transferências e subsídios correntes. Na parte da despesa, os fornecimentos e serviços externos, crescem cerca de um milhão e cem mil euros, os custos com o pessoal, cerca de setecentos mil euros, e as amortizações, cerca de trezentos mil euros, perfazendo assim um resultado líquido positivo, de cerca de 1,1 milhões de euros. Quanto ao balanço, destaque para o aumento de ativos fixos tangíveis, em cerca de dois milhões de euros, o total do património líquido cresce cerca de três

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões de euros, e o passivo desce cerca de duzentos mil euros, cifrando-se em cerca de 2,8 milhões de euros. Entrando depois nos indicadores financeiros, também conhecidos por rácios, verifica-se uma autonomia financeira de 96,3 %, um indicador muito interessante em termos de autonomia própria, a solvabilidade que tem um acréscimo significativo, de dois mil trezentos e dezanove vírgula dezasseis por cento (2319,16%) para dois mil seiscentos e um vírgula trinta e quatro por cento (2601,34%) e também a liquidez geral fixando-se em 636,74%. Merece ainda destaque o rácio do investimento por habitante, que é cerca de duzentos e setenta e cinco vírgula cinquenta e um euros, por população residente. Para terminar, o prazo médio de pagamento, que já foi também aqui referido, treze dias, o que demonstra bem, em como o nosso concelho, é um bom pagador."-----

-----Não havendo mais inscritos, para intervirem, passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes.-----

-----"Agradecer as questões colocadas. Dizer que Plano e Orçamento são documentos políticos, e o Relatório e Contas é factual, é aquilo que nós fizemos. Pode não se concordar com o que foi feito, mas o que está em cima da mesa, é avaliar, como se diz na gíria, as contas, sob o ponto de vista contabilístico. O Nuno Salgueiro referiu aqui a questão do endividamento que é acumulado aqui por um final de ano, e a incapacidade para fazer pagamentos. É isto que acontece por vezes. Foi o que aconteceu, porque temos obras com alguma dimensão a correr, e por isso, é que o primeiro trimestre de 2023, é, em termos de despesas de capital, o melhor trimestre de sempre. Não é que parte destas coisas tenham sido feitas em 2023, mas foram pagas efetivamente em 2023, e o que conta é o pagamento, e portanto, se nós, eventualmente, num cenário hipotético, se o valor que temos aqui de despesa de capital do 1º trimestre de 2023, tivesse sido incorporado nas contas de 2022, nós teríamos atingido, os tais oitenta e tal por cento de concretização. O que aqui temos é o resultado a 31 de dezembro, o resultado do efetivamente pago. Relativamente à questão que foi colocada pelo senhor Presidente da Junta do Juncal, sim, o documento foi feito antes do visto do Tribunal de Contas relativamente ao empréstimo, neste momento já foram abertas as propostas, estão habilitados os concorrentes e está para ir à próxima reunião de Câmara a lista dos concorrentes para aprovação para depois se assinar o contrato e remeter para Tribunal de Contas, e esperamos que durante o mês de maio, este procedimento esteja concluído, e não havendo nada de extraordinário, e achamos que não, será remetido a Tribunal de Contas e a nossa expectativa é que se entre em obra no final deste primeiro semestre. Relativamente à questão que foi colocada pelo Samuel, já respondi a uma parte, a outra parte, tem a ver com o cartão de saúde. O cartão de saúde, não foi implementado para substituir o Serviço Nacional de Saúde, que é imprescindível, aliás a expressão habitual, é que nós pagamos tantos impostos, pelo menos, que tenhamos resposta do SNS. Só abordo aqui a questão do cartão,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para dizer aos senhores deputados que, com a experiência que temos tido, já temos mais de oito mil pessoas que aderiram ao cartão, é que de facto, o Serviço Nacional de Saúde, pela sua incapacidade de resposta, é o grande amigo dos privados. Há vários municípios na região de Leiria que estão a avançar com projetos destes, há municípios do interior que inclusive, já vieram a Porto de Mós, saber como é que está a correr esta história do cartão, e portanto, estou em crer que a passos largos, esta medida irá ser implementada em muito municípios. Isto corresponde exatamente ao mesmo problema que nós, infelizmente temos, que é sobretudo em concelhos do interior, a incapacidade para fixar médicos, em concelhos de menor dimensão e com grande dispersão geográfica, ter incapacidade para servir as populações mais desfavorecidas, e portanto, nós achamos objetivamente, que temos que continuar a lutar, por um lado, pelo SNS, mas temos que continuar a dar respostas à nossa população, porque no momento de se decidir, não tenho dúvidas nenhuma que a pessoa vai ao médico, seja privado ou seja público. Se for ao privado tem que pagar. Indo com o cartão, paga, 50% ou menos, do valor que pagaria. Eram estas as notas que queria dar. Obrigado pelas restantes intervenções, pelo reconhecimento que foi feito pelo Luis Almeida, acerca das Contas e sobretudo o reconhecimento que é muito o desígnio deste executivo, sendo a execução prática feita pela nossa equipa de colaboradores, que tem à cabeça o Dr. Rogério Nunes."-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----"Os deputados eleitos pelo Partido Socialista, vêm desta forma, apresentar a seguinte declaração de voto: Os deputados eleitos pelo Partido Socialista, congratulam o executivo pela adjudicação e execução de parte da obra de ampliação da ALE de Porto de Mós, obra que há muito tem sido esperada e consecutivamente adiada, contudo, dada a situação financeira que o Município atravessa, não podemos nem devemos aceitar uma execução orçamental de apenas 66,3%, regressando rapidamente a valores pré-eleitorais, com inúmeras rubricas a zero, sem qualquer explicação para o efeito. Tal execução orçamental, tão parca, é justificada com a evolução da guerra da Ucrânia, e os anteriores, pelos constrangimentos causados pela pandemia. Haverá sempre algum constrangimento para a fraca execução orçamental. Não são apresentadas no presente documento, soluções para estes constrangimentos. O senhor Presidente da Câmara, diz no documento de Prestação de contas de 2023, citando um compositor e músico nacional, "... vamos fazer o que ainda não foi feito", ao que os deputados eleitos pelo Partido Socialista, respondem, citando também, um outro grande compositor e músico português, "é p'ra amanhã,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem podias fazer hoje, porque amanhã sei que voltas a adiar". Desta forma, os deputados eleitos pelo Partido Socialista, apresentam um sentido de voto de abstenção. (Os deputados eleitos pelo Partido Socialista)."-----

-----3. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2022:-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, deu conhecimento à Assembleia, do Relatório acima referido. Disse que queria fazer duas referências, mencionando que "o Relatório tem duas notas, que têm vindo aqui todos os anos. Uma delas tem que ver com o património, um conjunto de bens que o Município tem em sua posse, que são seus, bens imóveis que não estão registados, de difícil conclusão. Temos vindo paulatinamente a alterar este estado de coisas, mas ainda não conseguimos concluí-lo, nem perto, devo dizer. Depois, tem a ver com a constituição de provisões, por causa de um processo em Tribunal, em que a empresa que iniciou as obras da Central das Artes e em que o anterior executivo, em 2017, rescindiu o contrato com esta empresa. Esta empresa colocou um processo em Tribunal, no valor de novecentos e noventa mil euros, em números redondos. O Município contestou e admitiu pagar, depois de uma avaliação que foi feita, um determinado valor, que provisionou, de cento e quarenta e cinco mil euros. Esta avaliação foi feita face ao tempo, cerca de uma ano, em que a empresa ali esteve. Admitimos pagar, mas não quer dizer que o vamos pagar, criámos apenas a provisão até este valor. Não podemos, como é entendimento do Revisor Oficial de Contas, é provisionar os novecentos e noventa mil euros, porque temos a certeza de que não temos que o pagar, mas sobretudo, e não nos querendo substituir à Justiça, ao provisionarmos este valor, estamos a indiciar que eventualmente podemos aceitar, estamos tacitamente a aceitar a possibilidade desse pagamento. Isso nós não fazemos, como devem calcular, e são estas as duas notas do ROC." Terminou dizendo encontrar-se disponível para quaisquer outros esclarecimentos.-----

-----4. Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2022:-----

-----O senhor Presidente da Câmara apresentou o documento que a seguir se transcreve e que vem a esta Assembleia Municipal para conhecimento, mostrando-se disponível para responder a quaisquer dúvidas que pretendam colocar-lhe:-----

-----RELATÓRIO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DO ANO DE 2022-----

-----"O Estatuto do Direito de Oposição (doravante EDO) encontra-se consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de Maio na sua atual redação, e tem por objeto assegurar às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais;-----

-----"Oposição" consiste, aqui, por caracterização do n.º 1 do Artigo 2.º do EDO, na atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

citados;-----

-----É titular do direito de oposição, no atual quadro eletivo do Município de Porto de Mós e nos termos do Artigo 3.º do EDO, o Partido Socialista e o Partido CHEGA (agora deputada municipal não inscrita);-----

-----Nos termos do Artigo 10.º do EDO, conjugado a alínea u) do n.º 1 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os órgãos executivos devem elaborar, até 31 de Março e relativamente ao ano anterior, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito daqueles direitos e garantias, fazendo-o publicar;-----

-----É deste quadro que emana o presente relatório, focalizado nas atividades que materializaram a ação executiva destinada a garantir o “Direito de Oposição”, desenvolvidas ao longo do ano de 2022, assim:-----

-----A. DIREITO À INFORMAÇÃO:-----

-----Durante o período relatado, os titulares do direito de oposição do Município de Porto de Mós foram sendo regularmente informados pelo Presidente da Câmara e pelo Órgão Executivo, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal e relacionados com a sua atividade.-----

-----A par de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito do Artigo 33.º, n.º 1, alínea yy) e do Artigo 35.º, n.º 1, alíneas s), u), x) e y), do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, destacando-se:-----

-----a) O esforço sistemático em fazer acompanhar as convocatórias das reuniões dos Órgãos Municipais, dos respetivos documentos de suporte à apreciação, discussão e votação; -----

-----b) Informação escrita, suficientemente detalhada, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade do Município a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele Órgão; -----

-----c) Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores; -----

-----d) Resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal;-----

-----e) Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município; -----

-----f) Remessa à Câmara Municipal de todas as modificações previsionais, no caso concreto as alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, não obstante ser essa uma competência delegada no Presidente da Câmara;-----

-----g) Promoção da publicação das decisões e deliberações dos Órgãos Autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa;-----

-----h) Remessa à Assembleia Municipal das minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal, após aprovação; -----

-----i) Remessa à Assembleia Municipal, de documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----B. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA:-----

-----No ano civil de 2022 foi assegurado o cumprimento do estipulado no n.º 3 do Artigo 5.º do EDO, por meio da disponibilização das propostas dos Documentos de Prestação de Contas de 2021, bem como Grandes Opções do Plano e orçamento para o quadriénio 2023_2027;-----

-----C. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:-----

-----No período em apreço foi garantido o envio atempado de informações pertinentes e de convites aos membros dos Órgãos Municipais, a fim de assegurar que estes pudessem participar em atos e eventos oficiais relevantes e naqueles que, sendo organizados ou apoiados pela Município, pela sua natureza, tal se justificou. -----

-----Paralelamente, foi ainda assegurado à oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo ainda efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos; -----

-----D. DIREITO DE DEPOR: -----

-----Não aplicável, na medida em que não houve conhecimento de o Partido Socialista, ou o Partido Chega (agora deputa municipal não inscrita) terem tido intervenção em qualquer comissão prevista no Artigo 8.º do EDO, pelo que nada há a referir em relação a este particular. -----

-----E. CONCLUSÃO:-----

-----Em face do exposto, entendo que foram asseguradas, pelo Município de Porto de Mós, as condições adequadas ao cumprimento do EDO durante o ano de 2022, sendo essa uma preocupação persistente do Presidente da Câmara e do todo o Executivo Municipal. -----

-----Em cumprimento do Artigo 10.º, n.º 2, do EDO, determino o envio do presente relatório aos titulares do direito de oposição em mandato nos Órgãos Municipais, para conhecimento. -----

-----Determino ainda, em cumprimento do n.º 5 do Artigo 10.º do EDO, que este mesmo relatório seja publicado na página eletrónica do Município, em www.municipio-portodemos.pt." -----

-----5. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2022):-----

-----O senhor Presidente disse que este ponto seria apresentado pela senhora Vereadora Telma Cruz.-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a senhora Vereadora Tema Cruz, passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal, do Relatório Anual de Atividades da CPCJ, nos seguintes termos:-----

-----"Os deputados receberam o relatório da CPCJ, onde constam uma serie de dados que foram incluídos numa plataforma, e daí surgiu o relatório. No entanto, à semelhança dos anos anteriores, fiz um pequeno resumo para que todos pudessem ter conhecimento de todo o relatório, de uma forma mais resumida e não tão densa, como o que foi enviado. Como sabem, a CPCJ é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constituída pela Comissão Alargada, com quinze elementos e destes, sete, pertencem à Comissão Restrita. A representante da Segurança Social, que neste momento assume a Presidência, representantes do Município, da Educação, da Saúde, das IPSS's e duas técnicas cooptadas pelo Município, uma Psicóloga e uma Educadora Social. Como apoio, o Município disponibiliza a esta Comissão, uma técnica administrativa e como apoio técnico, uma técnica superior também de Educação Social. Relativamente aos processos, deram entrada cento e quarenta e quatro processos, menos dezasseis que o ano anterior. Na sua maioria são crianças e jovens de nacionalidade portuguesa, mas também temos jovens e crianças de nacionalidade do Brasil, Venezuela, França e outras nacionalidades. Destes cento e quarenta e quatro processos, cinquenta e quatro tinham transitado do ano anterior, dezoito foram reabertos, nove recebidos de outras CPCJ's e sessenta e três novas sinalizações. Dos cento e quarenta e quatro processos, um foi transferido por alteração da competência territorial e setenta e um, cessaram, após análise preliminar, ficando ativos, setenta e dois processos. As entidades sinalizadoras foram diversas, como sabem, todos podem ser entidades sinalizadoras, desde o estabelecimento de ensino, autoridade policial, estabelecimentos de saúde, os progenitores, pai e mãe, outras CPCJ's ou a própria CPCJ, vizinhos, particulares, Segurança Social, Ministério Público, sendo que este ano, a entidade que mais sinalizou, foi a autoridade policial, com trinta e três sinalizações. A problemática, identificada com maior relevância, foi a exposição a situações de violência doméstica (trinta e cinco situações), mais nove do que no ano anterior. As medidas de proteção mais aplicadas foram apoio junto dos pais e apoio junto de outro familiar, e temos quatro crianças e/ou jovens em acolhimento residencial. No ano de 2022, a CPCJ atribuiu dez apoios económicos às famílias para fazer face a situações com as crianças que estavam em análise. Relativamente ao plano de ação, foram dinamizadas diversas atividades e iniciativas, no âmbito da prevenção, nomeadamente no mês de abril, "Prevenção dos maus tratos infantis", no dia da família, semana da educação, Feira da Saúde e Bem Estar de Porto de Mós, Natal Encantado, Festival Viver, Festas de S. Pedro, uma exposição itinerante com os direitos das crianças, em parceria com o Instituto de Apoio à Criança, em que esta exposição foi dinamizada em várias escolas com explicação de elementos da CPCJ, atividade que elementos também da CPCJ, dinamizaram nos ATL's das escolas e participação no Encontro Anual de CPCJ's. Atualmente, temos setenta e dois processos ativos, deram entrada até ao momento, cem processos, setenta e dois transitados do ano anterior, vinte e um novos, e reabertos, sete. Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer o trabalho que a CPCJ tem feito, quer na sua Comissão Alargada, quer na sua Comissão Restrita, são elementos muito importantes para que as nossas crianças e os nossos jovens estejam em segurança, por isso queria aqui manifestar publicamente nesta Assembleia, o nosso agradecimento pelo trabalho que têm desenvolvido. Obrigada."-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS)**:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"Só uma pergunta para a senhora Vereadora, nos casos identificados pela CPCJ, casos que têm a ver com violência doméstica, essencialmente, têm encontrado correlação com dificuldades financeiras, nesses agregados familiares?"-----

-----Respondeu a senhora Vereadora dizendo que "há sempre uma correlação com a situação socioeconómica das famílias, até por uma questão de vulnerabilidade social, mas também financeira. Estamos a falar do ano de 2022, em que realmente houve um aumento maior e as dificuldades das famílias aumentaram e daí também haver essa correlação, ou seja, como disse, o numero de exposições a violência doméstica, não significa que a criança seja vitima, mas está exposta a. Tem a ver com a situação que se agravou no seio familiar."-----

-----**6. Prestação de garantia bancária a favor da Infraestruturas de Portugal, S.A. para a obra: "Execução de saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boeira" – aprovação dos compromissos plurianuais das comissões:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Na sequência do solicitado pela infraestruturas de Portugal, S.A., no sentido de ser apresentada uma garantia bancária no montante de montante de € 399.350,10 (trezentos e noventa e nove mil e trezentos e cinquenta euros e dez cêntimos € para efeitos de garantia de boa e regular execução de todos os trabalhos de da obra supra referenciada foram solicitadas propostas às s entidades bancárias com agência no concelho, tendo sido apresentadas as seguintes propostas (por ordem de entrada nos serviços):-----

Entidade	Comissão de abertura, gestão ou emissão	Comissão proposta	Valor da Comissão anual	Valor da Comissão 5 Anos	OBS.
Eurobic / Banco Bic Português	0,00	0,30%	1.198,05 €	5.990,25 €	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós	325,37 €	1%	3.993,50 €	20.532,87 €	
Novo Banco	45,00 €	0,50%	1.996,75 €	10.028,75 €	
Banco Montepio	0,00	0,55%	2.196,43 €	10.982,12 €	

-----A garantia deverá ser mantida até 5 anos.-----

-----Da comparação das condições propostas, resulta que Eurobic / Banco Bic Português apresenta a proposta mais vantajosa para o município pelo que se propõe a adjudicação da prestação da garantia bancária à referida entidade bancária. Nesta conformidade, deverá o referido encargo ser objeto de adequado cabimento e compromisso.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A Assembleia Municipal em sua sessão realizada no dia 16/12/2022 deliberou aprovar "as medidas de execução do orçamento do Município de Porto de Mós para o exercício de 2023", sendo que no n.º 3 do artigo 27.º determina o seguinte: "Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de garantias bancárias pelo período até 5 anos e desde que em cada ano não ultrapasse o encargo de 1.000,00 €;-----

-----Em face do atrás aduzido resulta que o montante previsível para esta despesa ultrapassa aquele valor, pelo que terá que ser submetida à Assembleia Municipal a aprovação dos encargos plurianuais para efeitos da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua atual redação. -----

-----Assim proponho seja o assunto submetido à votação da Câmara Municipal para efeitos de:-----

-----1) Adjudicar a emissão da aludida garantia bancária à entidade bancária Eurobic / Banco Bic Português, conforme sua proposta;-----

-----2) Delibere submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização da assunção dos compromissos plurianuais referentes à despesa que irá ocorrer com a comissão da aludida garantia bancária no período de vigência da mesma.-----

-----Fica o assunto à consideração superior."-----

-----**Joaquim Santiago Virgilio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, perguntou se a Moitalina foi retirada da execução desta empreitada, dado que o nome deste lugar, não consta no documento supra.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----"Em relação a este ponto, queria chamar a atenção para o seguinte aspeto: penso que o problema das Infraestruturas de Portugal no saneamento da Cumeira, como sabemos, é uma Estrada Nacional e temia-se eventualmente que as Infraestruturas de Portugal viessem aqui causar alguns problemas, e salvo erro, na própria reunião de Câmara, houve um confronto de ideias entre o Executivo e os Vereadores do Partido Socialista, e afinal acabamos por verificar a plena confiança que a Infraestruturas de Portugal, têm para com a Câmara Municipal de Porto de Mós. Se numa área tão abrangente, tão vasta, de Estrada Nacional, estão a exigir uma garantia bancária de trezentos e noventa e nove mil euros, isto praticamente não é para nada, digamos que isto é só para dizer que têm lá uma garantia bancária. Quando li garantia bancária, comecei a pensar que estávamos a falar de vários milhares de euros, porque são quilómetros e quilómetros de Estrada Nacional. Portanto, parece que o executivo tinha razão, na altura, quando avançou e continuou a avançar, o custo anual são mil cento e noventa e oito euros, que também não é um valor por aí além, e acho que devemos avançar com esta prestação de garantia, para no mês de julho, como foi aqui dito, certamente contra muitos crentes que não creem, comece as obras do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento."-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, nos termos seguintes: " *Importa fazer aqui um esclarecimento, aquilo que foi o confronto de ideias entre os Vereadores do Partido Socialista e o Executivo, não teve a ver com isto, teve a ver com o facto de os Vereadores do Partido Socialista, defendiam, e defendem, penso eu, que a pavimentação fosse da responsabilidade das Estradas de Portugal. Nós até ao lançamento do procedimento não conseguimos, efetivamente que isso acontecesse, que ficasse preto no branco, aliás no parecer das Estradas de Portugal são bem claros, exigem a garantia bancária e exigem que a pavimentação seja feita pelo Município. Vamos ver o que é que se consegue fazer no futuro, mas aquilo que está efetivamente implícito, é isto. Quanto à questão que foi colocada pelo senhor Joaquim Santiago, não, não está fora, isto é um projeto continuado. O senhor tem algum prurido em que a obra avance, mas vai mesmo avançar, e a obra vai começar na Cumeira, junto ao concelho de Alcobaça e vai terminar na Tremoceira. É uma muito obra significativa, que envolve toda a Estrada Nacional 8, no concelho de Porto de Mós. É uma obra muito significativa, muito importante, não só sob o ponto de vista ambiental, mas também sob o ponto de vista da qualidade de vida daquela população, que nós, desde o primeiro mandato, dissemos que queríamos fazer e vamos fazer.*"-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **"Prestação de garantia bancária a favor da Infraestruturas de Portugal, S.A. para a obra: "Execução de saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira" – aprovação dos compromissos plurianuais das comissões"** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Modificações aos Documentos Previsionais 2023-2027:** -----

-----**7.1. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023; 7.2. 2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023 e 7.3. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que o que está em causa é uma " *modificação orçamental que tem, essencialmente que ver, com uma reprogramação, o novo cronograma da obra do Saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua, Moitalina e Boieira. Tem a ver também com os plurianuais da Escola Secundária de Porto de Mós e novos valores que entretanto recebemos, e tem a ver com a aprovação da agenda mobilizadora da nossa parte, por assim dizer, da parcela, vamos liderar por assim dizer, uma das gavetas, e vamos receber cerca de 1,1 milhões de euros, e este valor, tem que ter rubricas específicas abertas e neste momento é fundamental que se façam estas alterações, para podermos receber o dinheiro, por um lado e por outro, gastar o dinheiro. É isto que está, resumidamente, em cima da mesa, neste documento que aqui vem.*"-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----“Se bem consegui perceber, aquela revisão ao Orçamento, e atenção que nós concordamos que as obras na Secundária são extremamente importantes e são prementes, tais quais o saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Léguas e Boeira, contudo, aqui, temos meio milhão cabimentado de despesas para a agência mobilizadora Stone by Portugal, se estou a ver bem, e não estou a perceber como é que a dotação foi aumentada dos quatrocentos e setenta e sete mil para os quinhentos e sessenta e dois mil. Posso estar a perceber mal, mas isto é realmente uma despesa. Estamos a aprovar uma despesa de meio milhão de euros...” O senhor Presidente interrompeu explicando que “ é uma despesa que é compensada por receita. Portanto, nós temos a agenda aprovada, vamos ter de receita cerca de 1,1 milhões de euros, a agenda não vai ser executada toda este ano, e portanto há aqui uma reprogramação, por assim dizer, do grande capítulo, com a entrada da receita, e depois a distribuição pelos dois anos e meio, que é o tempo que demora a executar-se esta agenda, onde se incluem inclusive, ordenados de pessoas e o que temos em cima da mesa, este ano, é a anulação da parte deste ano da despesa e da parte deste anos da receita”. Concluindo, Samuel Dinis disse, “uma quantidade tal de dinheiro, de investimento, sendo que também vai haver as receitas que vão cobrir estas despesas, penso que ainda ninguém percebeu muito bem como é que vai funcionar esta agência Stone by Portugal. Sabemos que há um consórcio, de entidades, quais é que são os objetivos, de que forma é que vão funcionar, era esse esclarecimento que gostava de ter.”-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou então a elucidar o anterior interveniente nos seguintes termos: “Respondendo a esta última questão, penso que a questão financeira está esclarecida. No dia 4 de maio iremos ter uma reunião precisamente de apresentação e definição das linhas do investimento, já de uma forma mais específica, quem está a coordenar este projeto é o Vereador Marco Lopes que vai ter a reunião na Solancis, que é o líder de todo o consórcio, depois com os líderes das várias “gavetas”. Como disse, nós estamos também a liderar uma delas, também com a Solancis, e em conjunto com o NERLEI, com o Politécnico de Leiria, e com mais uma ou duas entidades, que não tenho agora presentes. Estamos neste momento a iniciar um procedimento e depois será, naturalmente apresentado a todos vocês, já com o documento que há de corporizar, por assim dizer, esta parte da agenda mobilizadora, embora tenha muito que ver com investigação, e por isso está cá a academia em conjunto com os representantes das empresas na tentativa de fazermos aqui um trabalho que depois h de ser distribuído essencialmente pelos empresários, porque de uma forma geral, tem que ver com a questão da economia circular, a questão de acrescentar valor a todo o processo, quer extração quer de transformação e portanto, nós encontrando soluções que acrescentem valor ao processo, vamos de alguma forma, obviar esse custo de investigação às empresas, e vamos entregar a todas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as empresas do nosso concelho, este novo conhecimento e esta nova forma de podermos ajudar, contribuir para que o processo seja um processo mais limpo, mas seja também um processo que tenha mais valor acrescentado."-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação o ponto 7.1. da Ordem de Trabalhos - **2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 8 (oito) abstenções**.-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto 7.2. da Ordem de Trabalhos - **2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 8 (oito) abstenções**.-----

-----Por fim, foi colocado a votação o ponto 7.3. da Ordem de Trabalhos - **2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 8 (oito) abstenções**.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----“Os deputados eleitos pelo Partido Socialista, vêm desta forma apresentar a seguinte declaração de voto:-----

-----Tendo sido já apresentado a esta Assembleia e aprovado o Empréstimo referente ao Saneamento dos lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Léguas e Boieira, este, reconhecem tratar-se de uma obra estruturante e essencial para o concelho;-----

-----Da mesma forma, reconhecem que, a requalificação e ampliação da Escola Secundária de Porto de Mós, é premente e necessária;-----

-----Contudo, por falta de elementos, não se consegue perceber o investimento de mais de meio milhão de euros da Agência Mobilizadora Stone by Portugal, rubrica esta que foi aumentada nesta revisão ao Orçamento.-----

-----Desta forma, por não ter os elementos necessários para apreciar o projeto, e não conseguir justificar o investimento de meio milhão de euros, os deputados eleitos pelo Partido Socialista apresentam um sentido de voto de abstenção. (P'los Deputados Eleitos pelo Partido Socialista, Rita Cerejo).”-----

-----**8. Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós:**-----

-----“Dizer-vos que este é um documento fundamental para alguns processos que estão em curso, nomeadamente uma candidatura ao Centro Tecnológico de Porto de Mós, que está a ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concluída pelo Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, portanto, isso evidencia a necessidade da Carta Educativa, e também para a nossa candidatura à requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós e afirmar a necessidade da construção de um Centro escolar na Vila do Juncal. Dizer-vos também que esta Carta Educativa, é a Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós, porque, e não é de alguma forma uma revisão à Carta anterior, na perspetiva da DGEST, nós não temos Carta Educativa. A Carta Educativa que existia, nunca foi homologada pela DGEST, e a DGEST, depois de reunirmos a fazer concertação sobre este documento, a DGEST disse-nos isso mesmo. Inicialmente pensamos fazer uma revisão mas a DGEST disse que não podia ser uma revisão, porque Porto de Mós não tinha Carta Educativa, à luz daquilo que é a necessidade da sua homologação por parte da DGEST. Dizer-vos também que a DGEST, acompanhou do princípio ao fim, a elaboração desta Carta Educativa, e na reunião do Conselho Municipal da Educação, referiu que a Carta Educativa, cumpre com o que foi estabelecido no guião que foi definido pela própria entidade. Dizer-vos também que este documento, foi aprovado por unanimidade, em Conselho Municipal da Educação. Apenas uma nota que é importante referir, que foi colocada pelos senhores Vereadores na Reunião de Câmara, que tem que ver com a inexistência da extrapolação daquilo que é a evolução demográfica do nosso concelho. A evolução demográfica do nosso concelho, como se sabe, foi negativa nos últimos dez anos, mas não tem que ser sempre. O estudo que existia, por parte da CCDR apontava para um decréscimo de população ainda mais acentuado, do que aquele que aconteceu no período anterior. Aquilo que nós entendemos, é que não fazia qualquer tipo de sentido, estar aqui a colocar a extrapolação, o estudo da evolução da população do nosso concelho, sobretudo da população escolar quando se previa perder uma determinada percentagem e nós estamos a ganhar quase dez por cento em vez de a perder. Portanto, entendemos que nesta Carta Educativa, não devia constar um estudo que é completamente contrário àquilo que é a realidade que temos no ano de 2022 e sobretudo no ano de 2023 e que tudo iremos fazer para que continue a evoluir, aliás, é por isso que estamos a preparar a requalificação da Secundária de Porto de Mós, mas estamos também, ficou mapeado, o novo Centro Escolar no Juncal, porque o atual, está como se sabe, a "rebentar pelas costuras". Dizer também, que neste momento, se eventualmente vierem mais alunos para o concelho de Porto de Mós, teremos, infelizmente, muita dificuldade em os acomodar. Temos as escolas praticamente cheias, e é um sinal que me parece bastante positivo, da atual realidade da nossa população escolar. Portanto, a Carta Educativa é esta e estou completamente disponível para eventuais esclarecimentos."-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):**-----
-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer que "uma vez que o senhor Presidente já disse por várias vezes que não queria fechar escolas, como por exemplo, a de Fonte do Oleiro, posição com a qual nós concordamos integralmente, contudo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

analisando este documento, verificamos que prevê o encerramento das escolas do primeiro ciclo de Casais Garridos e Cumeira. Naturalmente será para permitir a aprovação do Centro Escolar do Juncal, como referiu. Questionamos se tal decisão teve por base alguma estratégia criada de acordo com a projeção da evolução da população nos próximos anos, e já agora, qual é a previsão dessa evolução."-----

-----**Sandra Maria da Silva Martins (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alavdos e Alcaria – PSD):**-----

-----"Boa noite mais uma vez. Relativamente à Carta Educativa, eu estive no Conselho Municipal da Educação, onde a mesma foi apresentada e aprovada. É um documento muito completo, em que promove a educação que todos sabemos que é a base da formação dos cidadãos e fundamental para o desenvolvimento da sociedade, em que os municípios, são cada vez mais, e com a descentralização, parte responsável por uma intervenção ampla, concertada e estratégica, relativamente aos vários aspetos da educação no concelho. Surge assim a Carta Educativa que foi prevista num Decreto Lei nº 21/20219, e que é um instrumento fundamental para planear e ordenar de forma harmoniosa, o espaço escola e pretende que a oferta educativa, responda à procura efetiva da sua população. Nos Censos de 2021, os números davam uma redução, mas aquilo que o senhor Presidente disse, na minha perspetiva, fazendo parte desta área, acho que foi uma aposta certa, não terem isso em conta, porque do início do ano para agora, nós temos quase, mais trezentos alunos, e portanto, a nossa capacidade de acolhimento começa a ser escassa nalgumas escolas, nomeadamente, no Centro escolar de Porto de Mós, que é um Centro Escolar recente, mas que neste momento temos algumas turmas com capacidade para mais alguns alunos, mas não muito, e portanto, não podemos pensar que estamos com os números dos Censos de 2021, mas com a realidade que está presente. Esta Carta Educativa, revela que o Município pretende rentabilizar os edifícios, essa é uma prioridade, que existem, adequando-os às necessidades e nos casos necessários, como o caso do Juncal, a construção. Referindo que o caso do Juncal aparece na Carta Educativa o encerramento das Escolas de Casais Garridos e da Cumeira, mas atenção, porque a Escola dos Casais Garridos é uma escola que continua, em pleno século XXI, uma professora a trabalhar com quatro níveis de ensino na mesma sala de aula. Eu já o fiz, não estou a dizer que não é possível fazê-lo, mas todos nós sabemos que não é o ideal para uma criança, nem para um professor. Eu até conheço minimamente a realidade do grupo. É um grupo pequeno, muito variado em termos de aprendizagem, e depois com a agravante de ter os quatro anos de ensino. Tem por exemplo, dois meninos no quarto ano, tem dois ou três no terceiro, porque o grupo, tem, salvo erro, onze. Estas situações, nós não queremos que as escolas fechem, mas também temos que avaliar o que é que é mais importante e o que é que é mais pedagógico para as nossas crianças. Não quer dizer que não se aprenda, mas não têm realmente as mesmas oportunidades que se têm numa sala de ano único, em que se trabalha unicamente aquela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

matéria naquele momento. A Cumeira, é um bocadinho diferente, não muito, tem duas salas e tem dois anos em cada sala. Penso que se alguma dessas escolas tivesse um aumento exponencial do número de alunos, eventualmente não fecharia, que foi o que aconteceu na Fonte do Oleiro, que se manteve aberta, e bem, porque neste momento, Porto de Mós já não teria grande capacidade de acolhimento dos alunos da Fonte do Oleiro que se matem aberta, com dois lugares, ao contrário da do Tojal, que fechou na altura. Esta Carta é muito completa, faz, um estudo, um diagnóstico de toda a população do concelho, da população escolar, depois faz uma abordagem de todos os níveis de ensino que temos, desde a creche, até ao ensino superior – ainda há alguns dias alguém me dizia que não sabia que existia, existe, um polo da Universidade Aberta, que tem mais de duzentas pessoas a frequentar, que é uma forma de ensino à distancia, mas existe, e permite às pessoas que não têm outra possibilidade de o fazer. Temos diferentes ofertas educativas a nível do regular e do profissional, e temos, no ensino básico algumas ofertas de componentes, pela Câmara. Temos as AEC's, temos o ensino articulado no caso de 2º e 3º ciclo, que permite uma aprendizagem mais ao nível das artes – música e teatro. Depois temos uma quantidade de apoios que permitem, pelo menos tentam fazer da escola, uma escola inclusiva, que é aquilo que todos nós pretendemos. Não são em número que nós quereríamos, mas são os possíveis e portanto, temos, desde os apoios educativos, aos gabinetes de apoio, aos gabinetes de psicologia, ao PIICIE, que é um projeto da Comunidade Intermunicipal, com o terapeuta da fala, com a psicóloga e com uma colega que dá apoio ao nível do 1º ciclo, portanto, três técnicas que têm vindo a desenvolver um trabalho da promoção do sucesso escolar, e combater as dificuldades, principalmente no 1º e 2º ano de escolaridade, que são nesses anos que elas trabalham. Temos vários gabinetes, temos coadjuvações, temos professores, turmas, quando é possível, que são divididas, temos depois os apoios a novel monetário, que também vem descrito na Carta Educativa, desde os subsídios, ao kit quando se entra na escola, às bolsas de estudo para os universitários, aos transportes escolares, às visitas de estudo, que, desde que a Câmara, e aí é uma mais-valia para as escolas, nem sempre muito visível, deixou de fazer os transportes escolares, passou a permitir que os docentes peçam o autocarro e realizem visitas de estudo, o que faz uma grande diferença ao preço que os transportes estão. O ano passado foram duzentas e tal visitas e transportes que a Câmara facultou às escolas e continua a possibilitar. É uma Carta que faz um diagnóstico, realmente muito completo. Tem as duas grandes, melhor, três, porque também aparece a ampliação nas Pedreiras para se criar ali um espaço multiusos, um espaço que falta ali no polo das Pedreiras, para as crianças poderem estar, principalmente, quando o tempo não permite que estejam na rua, a requalificação da Escola Secundária que é um desejo de toda a gente, e quem por ali passa e ali trabalha, vê que neste momento não é só um desejo, é uma necessidade muito grande, e o Centro Escolar de Juncal que já faz falta há algum tempo, tendo em conta as características daquela escola e as dimensões que são reduzidas para o numero de alunos que tem. A Carta Educativa, não é um documento fechado. É um documento que segue as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regras da DGEST, foi aprovada também pela DGEST, é um documento flexível, que está aberto e que todos os anos pode ser alterado, até nas ofertas que existem para os alunos. Mas esta Carta Educativa, está, na minha opinião e na de quem estava no Conselho Municipal de Educação, porque ela foi aprovada por unanimidade, muito completa, e portanto promove as nossas escolas, promove o trabalho do Município, e é um documento perante o qual estamos de parabéns e neste caso o Município de parabéns, pela sua elaboração."-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra, dizendo que "apenas queria dar duas ou três notas que me parecem relevantes. A questão colocada pelo Deputado Pedro Lavado, de alguma forma revela algum desconhecimento da realidade do parque escolar do concelho, porque efetivamente o Juncal não tem capacidade para mais, e aquilo que nós temos que relevar na Carta Educativa, é a questão pedagógica, e não é possível, nos tempos de hoje, continuar a insistir e a ter, de uma forma pedagogicamente aceitável, quatro turmas numa só sala, com uma só professora, quatro ciclos, numa sala com uma só professora. Não é possível. Não é bom para os alunos, não é bom para a professora, e não é socialmente correto que assim seja, e por isso, foi referido pela senhora Deputada, mas referimo-lo também no Conselho Municipal de Educação, com concordância da DGEST, porque a DGEST, de facto tem tido aqui um papel bastante tolerante com o Município de Porto de Mós, quero lembrar que a candidatura ao Centro Escolar de Porto de Mós, tinha referência ao encerramento da Escola do Tojal e da Escola da Fonte do Oleiro. Quando chegámos, tivemos que fazer uma justificação para a manutenção da Escola de Fonte do Oleiro, do Tojal já não foi possível porque tinha encerrado no ano letivo anterior. Conseguimos que a DGEST compreendesse a nossa posição. A Escola da Fonte do Oleiro, e ainda bem, não foi encerrada, porque se tem sido encerrada, hoje, provavelmente teríamos que estar a enviar os nossos alunos para fora do concelho de Porto de Mós, porque não teríamos capacidade. E lá está, o Centro Escolar de Porto de Mós, foi feito num momento diferente, mas que teve por base a evolução demográfica no concelho. E bem, digo eu. Agora, nós temos sempre o direito de ambicionar uma evolução demográfica contrária àquela que existiu no passado. E temo-la. E por isso, aquilo que eu referi no Conselho Municipal de Educação, que a DGEST tem conhecimento e concorda, é que se nós conseguirmos tornar estas duas escolas, pedagogicamente aceitáveis, com certeza que elas se vão manter abertas e nós Município, que temos, como sabem, a responsabilidade da gestão da Educação, iremos com certeza, mantê-las abertas. É um compromisso, que eu, deixo aqui. Portanto, não sendo pedagogicamente aceitável, as próprias famílias facilmente reconhecerão que querem os seus filhos num ambiente diferente, numa escola inclusiva, num novo Centro Escolar, com todas as condições que infelizmente a Escola de Casais Garridos e da Cumeira não têm. Se eventualmente passarem a ter, faremos o que fizemos na Fonte do Oleiro, requalificar de uma forma mais profunda estas duas escolas e iremos com certeza dar continuidade a este projeto, porque se eventualmente tivermos alunos, com certeza que vale a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pena investir, porque é sinal que o concelho também está a crescer."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós** – tendo a mesma sido **aprovada por maioria com 8 (oito) votos contra**.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Lamentavelmente somos obrigados a voltar ao tema da forma como a documentação é entregue aos Vereadores dos Partido Socialista e do momento em que é entregue.-----

-----A documentação respeitante a este ponto foi entregue, juntamente com outros documentos, com menos de 48 horas uteis de antecedência da data agendada para a Reunião de Câmara.-----

-----Ainda assim, os Vereadores fizeram uma análise da documentação e formularam o seu sentido de voto.-----

-----Naturalmente, sobretudo por concordarem com algumas das obras previstas, nomeadamente a requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós, decidiram votar favoravelmente a Carta Educativa apresentada.-----

-----Sucede que em plena Reunião de Câmara de 17.04.2023, foi apresentado um documento em substituição da Carta Educativa remetida, alegadamente, resultado da retificação de algumas gralhas.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista não tiveram naturalmente, forma de analisar o documento retificado e mantiveram o seu voto de, favorável.-----

-----Contudo, já depois daquela reunião, analisando o novo documento, verificaram que não se trata apenas de um documento retificado no sentido formal, mas que em termos de conteúdo, também foi alterado.-----

-----Mais precisamente, o primeiro documento não previa expressamente o encerramento das escolas do 1º Ciclo de Casais Garridos e Cumeira, mas o segundo, o documento que foi aprovado e que está hoje em votação, já prevê.-----

-----Perante isto, por não concordarmos com o encerramento daquelas escolas por um lado, e por não podermos tolerar esta conduta desleal do executivo municipal, por outro, os Deputados eleitos pelo Partido Socialista, votam contra o ponto 8 da Ordem de Trabalhos – Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós.-----

-----P"los Deputados Eleitos pelo Partido Socialista (Rita Cerejo)"-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para a defesa da honra, por considerar que esta declaração de voto contem "afrontas ao Presidente da Câmara, que eu não admito. Em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiro lugar, dizer que é mentira que o primeiro documento não tenha previsto o encerramento. Mentira. Prevê-o sempre. Portanto, esta é uma questão de base. Aliás, ele foi aprovado e discutido no Conselho Municipal da Educação, com este pressuposto. Em segundo lugar, não é verdade que não tenha sido enviado com quarenta e oito horas uteis de antecedência. Não é verdade. O documento foi enviado às dezanove e três, e dois dias uteis depois, começou a reunião às dezanove e três. Foi exatamente, quarenta e oito horas depois. Se os senhores deputados querem vir para aqui fazer demagogia, com mentiras, eu não admito. É intolerante esta declaração de voto."-----

-----O senhor **Vereador Rui Marto**, pediu a palavra para defesa da honra, nos termos do Regimento, passando a dizer o seguinte: "A situação que o senhor Presidente agora, quanto a mim, até um bocado desnecessariamente, fez, do "é mentira", e eu tinha aqui uma duvida, vou lançá-la e se quiserem aceitar aceitam e se não quiserem não aceitam, é assim: o documento foi-nos apresentado com as duas versões, ou seja, numa parte dizia que era para não encerrar, e noutra parte dizia que era para encerrar, ou melhor, não diz encerrar, diz agregar. É o que lá está. Ponto um, portanto se quiserem, podemos ver o copo meio cheio ou eventualmente meio vazio. Cada um que escolha a questão que quiser. Segunda situação, foi deliberado por reunião de Câmara, que a reunião era às dezassete horas. Havia um acordo prévio com o senhor Presidente, que era marcada mas que havia algumas dificuldades de quem estava a trabalhar chegar a essa hora, e ajustava-se. Nós entregámos um e-mail de desagrado por recebermos os documentos às dezassete e quatro minutos, e o senhor Presidente, por iniciativa própria, mandou um e-mail a dizer que, seria para começar às dezassete e três, eventualmente, dezassete e quatro minutos. Eu só gostava, e lanço esta questão, gostava de saber qual foi a versão que o Conselho Municipal aprovou e quando. Tenho dito."-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que "o Conselho Municipal da Educação aprovou a versão com o encerramento, tanto mais, que está aqui a senhora Presidente da Junta de Alvados e Alcaria que esteve na reunião, e sabe bem que houve esta discussão, ponto um. Ponto dois, dizer que efetivamente é verdade que nós marcámos para as dezassete, foi ajustado para eventualmente ser às dezoito, por dificuldades dos senhores Vereadores, e o senhor Vereador mandou-me um mail a dizer que eu não cumpria as quarenta e oito horas uteis, e eu disse, cumpra-se! Comece-se às dezanove e três, e começou! E então tem de fazer parte, um documento destes, esta questão tem de fazer parte de um protesto da bancada do Partido Socialista, porque não foram integralmente cumpridas as quarenta e oito horas uteis, quando os senhores Vereadores já me disseram, mais do que uma vez, desde que seja antes do fim-de-semana, para a reunião ser depois, temos aqui alguma facilidade profissional, de se poderem analisar os documentos de uma forma diferente. Uma coisa é a realidade e outra coisa, é o que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que desta realidade, deste facto, vocês querem dimensionar e portanto, já percebi que querem fazer um facto, mas é um facto que não faz qualquer sentido, porque, aquilo que está aqui neste documento, não é verdade."-----

-----**9. Contrato de conceção e prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU e limpeza urbana no concelho de Porto de Mós - compromissos plurianuais:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra passou a apresentar o documento em análise, dizendo que este ponto apenas tem que ver com uma questão contabilística. Este contrato foi renovado em 2017, com visto do Tribunal de Contas, só que na parte de plurianuais, na altura, foi cometido um erro, porque efetivamente o contrato termina a 31 de Maio de 2023, e nos plurianuais, só foi colocado em Orçamento até março de 2023. Temos cabimentado o valor para pagar até 31 de maio, e o que se pretende é autorização da Assembleia nos plurianuais para o fazer.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **Contrato de conceção e prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU e limpeza urbana no concelho de Porto de Mós - compromissos plurianuais** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----**10. PMDFCI - Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios – 2021-2030 do Concelho de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o documento em apreço, dizendo que este documento chegou mais tarde aos deputados porque a reunião de Câmara teve lugar no dia em que os documentos foram enviados. Continuou dizendo que o documento continha uma gralha, que foi detetada pelo senhor Vereador Rui Marto, tendo os senhores deputados recebido a versão corrigida posteriormente, e essa gralha tinha que ver com uma freguesia que passou despercebida aos serviços da Câmara e também ao ICNF, que o aprovou. Continuando, disse que "temos um documento que foi aprovado pelo ICNF em junho de 2022, mas para evitar uma redundância, decidimos, em conjunto, não avançar com o processo, porque a 31 de março de 2023, entraria em vigor, a "carta de risco", de perigosidade, que é uma carta estrutural para os anos até 2030, e que é uma das componentes da cartografia de risco de incêndios rurais de acordo com a nova legislação DL 82/2021 de 13 de outubro. Quando o PMDFCI foi aprovado pelo ICNF, já estava em vigor o DL 82/2021, que entrou em vigor em 13 de outubro, não estava era publicada, ainda, a carta de perigosidade. Quando a carta de perigosidade passou a ser conhecida pelos autarcas, nós, de uma forma praticamente unânime, reclamámos aquela carta de perigosidade, e o Governo mandou-a suspender até 31 de março de 2023. O que acontece é que eu estive numa reunião com o senhor Secretário de Estado, que me tranquilizou, relativamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos PMDFCI's de transição, que era o nosso caso, estava aprovado, mas não estava terminado, concluído, não havia problemas, porque continuava em vigor o que estava. Nós, à semelhança de um conjunto de municípios, acabámos por não avançar para a conclusão do PMDFCI, por esta razão. Entretanto como se sabe, chegámos a meados de março, e não houve uma única reunião, conforme prometido pelo Governo, para que os municípios, tivessem oportunidade de fazer o contraditório em relação a esta carta de risco, que para nós não o é, mas para muitos municípios da nossa região, nomeadamente do norte do distrito, é praticamente castrador de qualquer tipo de atividade. Nós entendemos continuar a reclamar, continuámos a ter reuniões com o Governo que foi sensível a esta nossa questão, e decidiu prorrogar até 31 de dezembro de 2024, este processo. As cartas de perigosidade, neste momento estão em avaliação. Já foi aprovada a comissão regional. Temos um calendário até julho para aprovar as comissões sub-regionais, que é a nossa região, para depois avançarmos para as comissões municipais. Tudo isto seria feito ao abrigo da tal lei 82/2021, no entanto, esta legislação entra em vigor, mas sem as tais cartas de perigosidade. Sendo prorrogada até dezembro de 2024, não faz qualquer sentido, nós continuarmos a ter uma carta de risco, aprovado pelo ICNF, quando efetivamente o temos aprovado e o podemos concluir como o fizemos." Concluiu, dizendo que hoje está aqui para aprovação, para que possa ser publicado em Diário da Republica e desta forma "passarmos a ser mais um dos concelhos com o PMDFCI aprovado, infelizmente, digo eu, não ao abrigo da Lei 82/2021, mas ao abrigo da Lei 124/2006, com as alterações introduzidas pela Lei 76/2017, mas acaba por ser uma legislação que, como se diz na gíria, e permitam-me esta expressão, "não bate a bota com a perdigota."-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----
-----"Os deputados eleitos pelo Partido Socialista reconhecem que o Plano Municipal de Defesa contra Incêndios, é cada vez é mais importante, e que é um instrumento valioso contra os incêndios, ainda mais quando estamos a atravessar períodos de seca e de alterações climáticas, contudo, pelos motivos já elencados pelos nossos vereadores, vão-se abster nesta votação."-----

-----**Filipe da Conceição Batista - (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra JFAS):**-----
-----Usando da palavra, disse que esta questão da carta de perigosidade é bastante importante e considera que a sua freguesia tem locais que deviam ser inserido, mas faz "mea culpa", porque talvez não o tenha sugerido quando o devia ter feito, pelo menos enquanto Presidente, mas pensava que o Município estaria atento. Mas a sua questão é relativa ao ICNF e obviamente que é importante identificar estes locais, mas tem mantido conversações com uma operadora, relativamente à colocação de uma antena de telecomunicações precisamente num dos locais em que há perigo eminente de incendio. Na semana passada, recebeu um telefonema

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da operadora, dizendo que o ICNF tinha elaborado um parecer, que o Município deve ter, até porque a questão da legalização da antena passa pelos serviços municipais. O parecer emitido pelo ICNF, não é favorável. "Então nós debatemos estas questões, nós andamos aqui com estas cartas, em caso de haver um incendio, nem sequer temos rede de telemóvel, nos lugares de Bouceiros, Covas Altas, Casal Duro, para estabelecer uma comunicação com as autoridades. Depois li o parecer. Parece-me que aquilo é chapa cinco, ou seja, mantêm-se lá umas questões das aves, e umas coisas do género, que já tinham surgido aquando do Parque Eólico e depois acabou por aparecer. A minha questão aqui, prende-se com o facto de, se o Município neste caso, o que é que estaria a pensar fazer, perante uma recusa destas, neste caso, da colocação de uma mais-valia, que é uma antena que poderá permitir também estes contactos em caso de emergência, e não só, obviamente e depois perante estes factos, que andamos aqui a tentar aprovar e sendo uma coisa mínima, em que já há estabelecidos vários tipos de antenas, torres eólicas, enfim... Queria perguntar ao senhor Presidente se mantém ou está a pensar manter um contacto de reivindicar um parecer diferente daquele que foi formulado."-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer o seguinte: "Enfim, não faço mais comentários a esta questão, a razão é a mesma, vai haver sempre reclamações relativamente ao atraso do envio da documentação mas eu tenho, naturalmente que olhar pelo retrovisor, olhar para trás. E olhar para trás, é falar com pessoas que aqui estão, que foram vereadores da oposição e que nalgumas circunstâncias, inclusive, tiveram pontos abertos no próprio dia da reunião de Câmara, sem qualquer acesso a documentação, porque era emergente concretizá-los, e não foi por isso que se puseram contra, e por isso eu acho que tomar este tipo de posições é muito, em função do interesse efetivo que este documento tem. Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra, estarão recordados que eu numa das últimas reuniões de Câmara, penso que na reunião pública, em alvados e Alcaria, para quem lá estive, referi exatamente uma coisa deste género, relativamente à passagem de cabos aéreos de fibra ótica, em território do Parque Natural que era APPC, ou seja, daquelas zonas onde não é possível qualquer tipo de edificado. O facto é que a empresa, em conjunto, na altura, com o Município de Alcanena, o Município de Porto de Mós, mas também as Juntas de Freguesia, manifestaram o interesse publico da instalação deste rede de fibra ótica, e o ICNF, depois de uma reunião com a empresa, acabou por dar um passo atrás, se assim se pode dizer, com algumas condições, naturalmente, mas que a empresa acabou por aceitar, tornando o projeto, sob o ponto de vista financeiro, exequível, coisa que não seria, com as exigências do ICNF, e uma delas era enterrar os cabos, o que era muito difícil do ponto da vista da sua concretização bem como muito oneroso para quem está a avançar com o projeto. Chegou-se a um entendimento e acabou por resolver-se. Estou certo, senhor Presidente, que se a empresa tiver mesmo vontade de avançar com o projeto, em conjunto, e manifestando esse interesse publico, que eu pessoalmente também

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconheço, não tenho qualquer tipo de dúvidas que haveremos de encontrar uma solução."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi ponto 10 da ordem de trabalhos - **PMDFCI - Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios – 2021-2030 do Concelho de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

-----**9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, manifestando a sua disponibilidade para responder às eventuais dúvidas que os senhores deputados entendam colocar-lhe.-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----"Como neste ponto cabe de tudo um pouco, porque na verdade tudo está relacionado com a atividade do Município, e penso que relativamente a este assunto não me vão cortar a palavra, não que o tenham feito, não é isso que estou a dizer, mas por não estar diretamente relacionado, mas falando da questão da Saúde, foi a dada altura criado um grupo de trabalho nesta Assembleia, do qual eu faço parte, ou pelo menos, fiz parte de uma reunião, que não teve seguimento. Eu sei, que realmente, nós não estamos com funções executivas, mas continuo a manifestar a disponibilidade desta bancada e na minha pessoa, enquanto representante, para participar nas reuniões que forem necessárias, das diligências que forem necessárias, até para acompanharmos e estarmos mais por dentro de tudo o que se passa, e irmos contribuindo com aquilo que estiver ao nosso alcance, dentro também dos nossos conhecimentos pessoais, para ultrapassar este problema que na verdade, reconhecemos que não está nas mãos nem da Câmara Municipal nem da Assembleia, mas naturalmente, cabe-nos a nós, batermo-nos para encontrar uma solução. Para que não se esqueçam, continuamos aqui disponíveis e sugiro que seja dada continuidade ao trabalho que iniciámos com apenas uma reunião. Obrigada."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, usou da palavra referindo que queria dizer à senhora deputada que o trabalho teve seguimento, e não houve mais reuniões, porque entretanto o trabalho foi feito. O que nós pretendemos nessa reunião foi a criação de uma Unidade de Saúde Familiar. Houve depois um a reunião com uma médica que já cá não está, que estava interessada em avançar com a USF, e como eu referi, com a senhora Vereadora da Saúde. O projeto da USF está feito e foi entregue, estando em fase de aprovação. Todos os passos que forem sendo dados, deles será dado conhecimento à Assembleia Municipal e às líderes de bancada dos partidos aqui representados, a fim de que todos possam dar os seus contributos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu ainda nota do seguinte: "Na sequência daquela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

carta que eu já remeti aos senhores vereadores, não sendo pública, pode e deve ser do conhecimento de todos, e eu queria dizer que solicitámos ao CEO da Saúde, o Dr. Fernando Araújo, uma reunião com caráter de urgência precisamente para falarmos sobre a atual situação no concelho de Porto de Mós, uma situação que tem vindo a ser abordada de uma forma sistemática, com as entidades regionais e que infelizmente não têm sido consequentes. Nós o que pretendemos é que haja soluções. Já chegámos à conclusão que é pouco consequente continuarmos com protestos de rua, temos de tentar ir por outro caminho. Um dos caminhos é aquele que aparentemente é o mais difícil, que é trazer para cá médicos, não havendo médicos. A senhora Deputada, se eventualmente, soubesse que havia os tais novecentos médicos, e não os tivéssemos cá, aí devia apontar-nos o dedo. Mas infelizmente, ao longo deste tempo, o Presidente da Câmara, quer junto das Universidades, quer junto dos internos, tem tentado tudo, para os trazer a Porto de Mós, para conhecerem Porto de Mós, para perceberem que Porto de Mós não é um concelho do interior, é um concelho onde se vive bem, onde há boas condições, e onde se pode fazer saúde familiar com gente boa, com gente que não vale a pena. Infelizmente não temos conseguido, não temos sido bem-sucedidos, temos alguma expectativa neste concurso, há alguns médicos daqui à volta, que conhecem melhor Porto de Mós do que aqueles que são do norte do País, e temos essa expectativa de eventualmente preencher algumas das vagas, melhorando satisfatoriamente a situação, e invertendo um pouco esta tendência".-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 6, 7 (7.1, 7.2, 7.3), 8, 9 e 10 da Ordem de Trabalhos**, que passou a ler. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.15 horas do dia 26 de abril de 2023, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo. -----

-

